

Ata da 222ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde da Bahia (CES/BA)

1
2
3
4
5 Aos nove dias do mês de julho de dois mil e quinze, no Auditório Luiz Cabral da Assembleia Legislativa
6 da Bahia - Centro Administrativo da Bahia, com as presenças dos senhores membros do Conselho
7 Estadual de Saúde: Ricardo Luiz Dias Mendonça - Presidente, Ângela Macedo Magalhães, Ângela Rosa
8 Marques Reis, Célia Maria Alexandria de Oliveira, Déborah Dourado Lopes, Edson Moraes de Oliveira,
9 Fernando Antônio Duarte Dantas, Isadora Oliveira Maia, José Silvino Gonçalves dos Santos, Lílian
10 Fátima Barbosa Marinho, Liliane Elze Falcão Lins Kusterer, Luiz Américo Pereira Câmara, Marcos
11 Antonio Almeida Sampaio, Maria Helena Machado Santa Cecília, Maria Luíza Costa Câmara, Sílvio
12 Roberto dos Anjos e Silva, Stela dos Santos Souza (Conselheiros Titulares). André Fernando Wermann,
13 Antônio do Lago de Souza, Antonio Marcos Almeida Sampaio, Carlos Alberto Seixas Rio, Jair Alves dos
14 Santos, Jorge Geraldo de Jesus Rosário, Lourani Maria Carneiro, Maria Helena Ramos Belos, Murilo
15 Figueredo Campos de Jesus (Conselheiros Suplentes) e Arão Capinam de Oliveira para a reunião do
16 CES/BA. Às catorze horas, o Senhor Presidente saudou a todos, registrando a presença de trabalhadores
17 da SESAB e extintas Diretorias Regionais de Saúde - DIRES no pleno, e informando que estava no CES
18 pelo segmento de usuários, mas representava a Central Única dos Trabalhadores – CUT. Portanto, quando
19 se mexia nos direitos do trabalhador, já sabia como funcionava. Informou ainda, que não abriria a sessão
20 por falta de quorum, mas alguns conselheiros haviam ido até a Mesa solicitando abrir para as falas no
21 prazo de 03 minutos. Entretanto, a Conselheira Isadora Maia estaria fazendo as inscrições dos
22 conselheiros para os informes. Franqueou a palavra aos Senhores Conselheiros para fazerem as
23 comunicações de suas entidades. A Conselheira Liliane Elze Falcão Lins Kusterer saudou aos
24 trabalhadores, declarando que também participava daquela luta, pois era contra a terceirização, pois
25 precarizava o trabalho e tirava o direito de luta do trabalhador. “Estamos apoiando vocês nessa luta,
26 somos contra o processo de extinção das DIRES, e porque também não houve um retorno para vocês que
27 foi prometido na época em que se fizeram presentes na primeira reunião.” Disse que além de dar apoio
28 aos trabalhadores gostaria de relatar o que havia ocorrido na reunião de relatoria da Conferência naquela
29 manhã, onde foi bastante proveitosa. A Conselheira Lílian havia feito o relato da sua experiência em
30 Brasília, que muito agregou na metodologia da 9ª Conferência Estadual de Saúde, e havia surgido
31 também dentro da reunião uma demanda de inclusão de representantes que tivessem sido relatores
32 efetivos em municípios do estado da Bahia. Portanto, essa era uma demanda que poderia surgir depois
33 como encaminhamento, para que o CES apoiasse a necessidade de ampliação na relatoria. O Conselheiro
34 Marcos Antonio Almeida Sampaio informou que havia andado no meio daquelas pessoas ali presentes e
35 escutado dúvidas sobre o motivo da ausência do Secretário Estadual naquela reunião. “A minha questão
36 de ordem é que seja lida a justificativa do Sr. Fábio Vilas-Boas, pois não há nada mais importante do que
37 prestar contas à sociedade.” Destacou que constava na pauta daquela reunião a prestação de contas do
38 quadrimestre, e não acreditava que houvesse agenda de tamanha importância, que fizesse com que o
39 Secretário de Saúde e os membros da gestão não estivessem presentes naquele pleno. O Senhor
40 Presidente informou que estava no momento dos informes e havia o costume de se fazer as coisas na
41 devida legalidade. Porém, quando fosse constituído o quorum, leria a justificativa para todos, até porque
42 havia uma regra ali a seguir. “Já passamos para todos os conselheiros por e-mail e via whatsapp qual é a
43 situação do ofício. O Conselho deu publicidade a todos aqui.” Colocou para os trabalhadores que era uma
44 questão regimental, não havia quorum e se tratava de uma reunião de Conselho. Havia começado com os
45 informes para dar uma celeridade, e até que fosse amadurecido ali o processo de discussão da
46 reivindicação dos trabalhadores. A Conselheira Isadora Oliveira Maia solicitou que se esperasse a
47 constituição do quorum, onde só faltavam dois conselheiros. O Senhor Presidente informou que só havia
48 presente no pleno 14 conselheiros e o quorum mínimo era de 17 conselheiros. Leria a justificativa,
49 mesmo sem o quorum, mas, ressaltava que todos os conselheiros ali tinham conhecimento do Regimento.
50 Portanto, que se atentassem ao Regimento do CES para que não houvesse nenhum conflito e se
51 conseguisse tocar aquela reunião com paz e tranqüilidade. “Ofício GASEC nº 1073/2015, Salvador, 08 de
52 julho de 2015. Ilmo. Sr. RICARDO MENDONÇA, Presidente do Conselho Estadual de Saúde – CES.
53 Prezado Senhor: cumprimentando-o cordialmente, em virtude de ter sido convocado pelo Excelentíssimo
54 Senhor Governador do Estado para acompanhá-lo em uma agenda em caráter emergencial e que causa
55 incompatibilidade de horário com a reunião do Conselho Estadual de Saúde, estando ainda meu suplente
56 neste Conselho, o Sr. Ivonildo Dourado me representando na Conferência Municipal de Saúde no
57 Município de Rui Barbosa, solicito ao pleno deste Conselho adiamento da pauta da apresentação da
58 Prestação de Contas do 1º Quadrimestre para a próxima reunião do Conselho Estadual de Saúde ou até
59 mesmo para uma reunião extraordinária, acatando a decisão referendada referente a data a ser tomada por
60 este pleno. Reafirmo ainda a compreensão da importância da apresentação do Relatório Quadrimestral a

61 este Conselho, por entender o papel do Controle Social na gestão. Certo de contar com a compreensão
62 deste pleno, atenciosamente, FÁBIO VILAS-BOAS, Secretário da Saúde” (vaias). O Conselheiro Silvío
63 Roberto dos Anjos e Silva colocou que mais uma vez aquele pleno refletia o Controle Social. Não tinha a
64 menor dúvida quanto a agenda do Secretário da Saúde com o Governador, assim como não tinha a menor
65 dúvida de que ele não compareceria. “Não viria, porque não tem coragem, porque ele não tem vocação
66 para essa relação e porque o ato cometido pelo Governador do Estado da Bahia juntamente com ele
67 refletiu uma injustiça e uma covardia com os trabalhadores de Saúde desse estado”. (Aplausos). Informou
68 que os trabalhadores da Saúde haviam paralisado suas atividades naquele dia e no dia seguinte, com a
69 manifestação no Centro Cultural da Câmara de Vereadores na Plenária Popular e Democrática de Saúde,
70 e no dia 13 de julho de 2015 com uma assembléia com indicativo de greve. “Este Governador e este
71 Secretário têm que saber a força do trabalhador da Saúde. E já estou propondo a este Conselho, pedi
72 apoio via whatsapp, e agora peço a este Conselho que quando tivermos quorum, elaboramos uma
73 resolução definindo que enquanto não se realizar o estudo que o Governo alastrou que iria fazer, o
74 processo de corte da insalubridade será suspenso. Este é o apoio que estou pedindo a todos os membros
75 do Conselho, criando uma comissão representativa do Conselho, para discutir o processo da insalubridade
76 em relação aos trabalhadores da Saúde. É mais uma injustiça e covardia cometida pelo Governo do
77 Estado da Bahia em relação aos trabalhadores da Saúde. Antes que o Governo assuma essa forma
78 antidemocrática de tomar decisões, senão não sabemos o que vamos desculpar ou justificar com relação
79 aos profissionais das Diretorias Regionais de Saúde, com os Encontros Regionais que realizamos, porque
80 é a forma que o Governo está tratando os trabalhadores da Saúde e os trabalhadores em geral. É tipo
81 *apagar das luzes*, e pela força do poder emitimos resoluções. Teremos que assumir isso, Presidente, tanto
82 você quanto o companheiro Fernando que representam os usuários, e quanto representação de central
83 sindical, não podemos permitir que se mexa nos direitos dos trabalhadores, inclusive corte de
84 insalubridade é malvadeza, imoral, perversidade, e não vamos permitir.” (Aplausos). Às 14 horas e 20
85 minutos, o Senhor Presidente informou que já havia quorum, declarou aberta a sessão e colocou a ata da
86 221ª Reunião Ordinária do CES em apreciação e aprovação que foi aprovada à unanimidade. A
87 Conselheira Isadora Oliveira Maia comunicou que o Governador ainda não havia publicado o decreto
88 para que os conselheiros tomassem posse naquele momento. Retomando os informes, o Conselheiro
89 Marcos Antônio Almeida Sampaio informou que na “Folha do Recôncavo” dizia que tanto o Governador
90 quanto o Secretário de Saúde estavam naquele dia fazendo uma vistoria na Fábrica NATULAB, em Santo
91 Antônio de Jesus, e se isso fosse confirmado era mais uma desculpa e não algo que fosse justificável à
92 ausência da gestão ali para ouvir os trabalhadores, bem como para prestar contas à sociedade sobre os
93 últimos 04 meses da sua gestão na Bahia. “Os trabalhadores estando parados, toda a população sofre, pois
94 temos a Dengue, Chikungunya, e não queremos ver os trabalhadores sendo maltratados nem a população
95 sofrendo porque depende dos serviços desses trabalhadores.” Colocou que seria preciso o Conselho
96 verificar, porque havia servidores recebendo mensagens com ameaças de cortar o ponto daquele dia se
97 não voltassem ao trabalho. “Não podemos aceitar na história da Bahia, pessoas que venham na reunião
98 deste Conselho Estadual e sejam ameaçadas por estar aqui querendo discutir. Este Conselho deve apurar e
99 denunciar. Inclusive Sílvio, na Resolução que você coloca aqui como uma opção, penso que precisamos
100 tomar uma decisão muito mais dura. Dizer que está lá na Resolução, onde o próprio Secretário assinou e
101 foi um acordo, porque a própria Resolução dizia que era contra a extinção das DIRES, houve uma
102 negociação tremenda aqui para se buscar um texto melhor, mas naquele momento da discussão o
103 Secretário se comprometeu conosco de que nenhum trabalhador sofreria nenhuma perda. Está gravado,
104 consta em ata, se ele não cumpriu e o trabalhador está tendo prejuízo, então, a fala do Secretário está
105 comprometida para outras questões que serão necessárias à análise desse Conselho. Cada conselheiro aqui
106 é responsável pelo SUS, para que não o vejamos ser atacado como está sendo, porque dormimos com as
107 DIRES, acordamos sem saber o que era e deram o nome de Núcleo. Acordamos depois com as bases, e
108 hoje no Diário Oficial, desrespeitando a comissão que está fazendo o relatório, saiu a publicação
109 regulamentando a abrangência e o que seriam esses tais núcleos. Chega de desrespeito, tanto à sociedade
110 baiana quanto a este Conselho, senão chegará o momento em que não valerá a pena ser Controle Social e
111 Conselho Estadual de Saúde no estado da Bahia. Estamos em um momento importante.” O Conselheiro
112 Antonio Marcos Almeida Sampaio cedeu a sua fala para a Presidente da Associação HTL Vida, Edijeane
113 Oliveira de Jesus, que saudou a todos e colocou que a associação a qual fazia parte buscava alertar a
114 população sobre a demanda altíssima e alarmante da cidade do Salvador, referente ao vírus HTLV. Este
115 que foi descoberto antes do vírus da AIDS e estava totalmente negligenciado no estado da Bahia, já havia
116 infectado cerca de 50 mil pessoas, onde muitos estavam em situação pior que a dela. “Pelo menos ando,
117 tenho bengala, mas há pessoas que não têm nenhum apoio para se locomover, como cadeiras de rodas,
118 bengala, nada! Estão totalmente negligenciados, e na associação fazemos o impossível. Hoje recebi uma
119 ligação de uma mulher grávida de 09 meses que não pode amamentar de jeito algum. Então, não temos
120 nenhuma política pública que obrigue o Estado a fornecer assistência a essas pessoas. Temos 50 mil

121 pessoas sem assistência, e fico muito triste em ter que me expor para que então o Estado tome como
122 obrigação nossa causa, que é muito grande.” Declarou ainda que muitos ali poderiam ter o vírus HTLV
123 sem saber. A Conselheira Stela dos Santos Souza informou que no dia 23 de julho de 2015 seria realizada
124 uma reunião ampliada do COSEMS, no auditório da União dos Municípios da Bahia – UPB. E do dia 27
125 a 29 de agosto de 2015 haveria um congresso com a participação dos técnicos e trabalhadores de todos os
126 municípios da Bahia, pois se valorizava muito a questão do fortalecimento da equipe de trabalho dos
127 municípios, porque eram eles que levavam saúde para toda a população. Ressaltou que o COSEMS estava
128 atuando diretamente nas Conferências Municipais de Saúde, e todos os apoiadores do COSEMS estavam
129 viajando no mês de julho pelo interior do estado, apoiando os municípios. A diretoria também vinha
130 fazendo esse trabalho, e agradecia ao CES, porque sabia da participação de vários conselheiros nessas
131 conferências. Comunicou ainda que no dia anterior havia participado de uma reunião com os prefeitos, na
132 UPB, e havia uma grande preocupação com a epidemia que se alastrava na Bahia, com relação à Dengue,
133 Chicugunya, Zica Vírus, e aparecendo vários casos de Guillain-Barré. Portanto, o COSEMS estava
134 fazendo uma discussão interna para ver como ajudar os municípios, porque havia uma dificuldade muito
135 grande com relação ao financiamento para os municípios. Disse que na semana seguinte seria entregue
136 um documento conjunto, UPB e COSEMS ao Secretário Estadual de Saúde e ao Governador do Estado,
137 sobre a questão dos atrasos no repasse, e também seria encaminhado ao Ministro da Saúde sobre os
138 atrasos de recurso federal. Declarou que apesar do esforço havia ido até ali por acreditar que a luta era
139 válida, e era necessário estar presente. “O COSEMS está apoiando qualquer decisão que este pleno tomar
140 aqui hoje.” A Conselheira Déborah Dourado Lopes declarou ser solidária com aqueles trabalhadores ali
141 presentes, pois a conta não poderia ser paga na injustiça social, e no tempo do arrocho, somente à custa
142 dos trabalhadores, a crise tinha que ser amplificada e discutida com as esferas institucionais, políticas,
143 trabalhadores, instituição e governo, para que se pudesse chegar no caminho de fortalecimento da
144 democracia e jamais pensar que o Brasil viveria o retrocesso. Não se permitiria o retrocesso em qualquer
145 instância que fosse, quer fosse do ponto de vista do governo estadual ou do governo federal, democracia
146 era para avançar e não para retroceder. E sobre a leitura e justificativa da ausência do Secretário, destacou
147 que a gestão estadual estava toda ausente, não somente o Secretário, e o Relatório de Gestão não era peça
148 somente para o Controle Social, mas peça fundamental de prestação de contas da gestão para a sociedade.
149 Nesse sentido, o Ministério da Saúde havia implantado o sistema chamado SARGSUS, que qualquer
150 gestor de município conhecia, depois de fazer a prestação de contas era fundamental que a gestão
151 providenciasse o preenchimento do parecer do Conselho em relação à prestação de contas. Enfatizou que
152 a prestação de contas quadrimestral da SESAB estava bastante atrasada, da 221ª reunião do CES já havia
153 sido sensibilizado para ser transferida para aquela reunião. Não queria fazer julgamento prévio, mas como
154 cidadã lhe estranhava que algo tão emergencial às vésperas da reunião que nunca tinha acontecido tivesse
155 acontecido naquele momento. (Palmas). A melhor receita para democracia, aprendizagem, era a
156 participação e acima de tudo diálogo; sem diálogo era imposição, ditadura, e isso ninguém poderia
157 permitir na sociedade. Era um ano de conferência, conferência era Gestão Estratégica e Participativa,
158 Controle Social, e não poderia haver retrocesso às conquistas que o já ameaçado sistema de saúde vivia
159 no dia a dia e no cotidiano. Informou que a Controladoria Geral da União – CGU estava determinando
160 que todos os relatórios das secretarias estaduais e municipais, ano 2013, fossem auditados pelo
161 Departamento Nacional de Auditoria – DENASUS, e o município que não teve o seu relatório aprovado.
162 Então, teriam que ser auditados o Relatório de Gestão 2013 da Secretaria Estadual, Secretaria Municipal
163 de Salvador, e o município de Apuarema que foi o único município da Bahia que não preencheu e nem
164 fez a prestação de contas do ano de 2013. “Ele como gestor da Saúde Pública precisa entender da Saúde
165 Pública, dos seus mecanismos, e acima de tudo, com todo o sofrimento o SUS é uma conquista da
166 sociedade, bem como o controle social, e avançar é o que queremos; retroceder não permitiremos.”
167 (Aplausos). A Conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira declarou que somente com os
168 movimentos sociais do país se mudaria a atual conjuntura que vivia uma crise sem precedentes. Disse que
169 os trabalhadores e trabalhadoras da Seguridade Social, da Previdência, da Saúde, do Trabalho e da
170 Assistência Social estavam todos em greve no país inteiro. Não se poderia permitir que a Constituição
171 Federal fosse pisoteada por um Congresso reacionário que estava tirando os direitos dos trabalhadores e
172 trabalhadoras, e com reflexo no Estado. “Esse país vive o país do neném, nem emprego nem educação, os
173 jovens nem estudam nem trabalham. Não pode também virar o país dos *semsem*, sem teto, sem habitação,
174 sem saúde; não podemos também virar o país do *memenos*, menos Estado, menos respeito às instituições,
175 menos direitos trabalhistas e sindicais.” Informou que os conselheiros e conselheiras da Comissão de
176 Acompanhamento à Regionalização juntamente com o Conselheiro Sílvio Roberto, esteve em todos os
177 locais, com exceção de Alagoinhas, e até aquele momento essa comissão esperava que os coordenadores
178 de núcleos encaminhassem os resultados desses encontros. Não estavam com os relatórios, e somente essa
179 comissão havia se comprometido com aquele pleno para dar o seu parecer em relação àquela ilegalidade,
180 que foi a extinção das DARES sem passar pelo Conselho, sem que todos os participantes, porque teria que

181 se respeitar a participação social, encaminhassem seus relatórios para que se pudesse encaminhar à
182 Assembléia Legislativa, ao Governo do Estado, pois não se poderia permitir que aquele Governo se
183 transformasse em um governo do arbítrio, um governo que agisse somente em cima de leis de forma
184 ditatorial, sem ouvir a sociedade, sem ouvir o CES. O Conselheiro Antônio do Lago de Souza declarou
185 que a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB apoiava totalmente o movimento dos
186 trabalhadores ali presentes, porque o Secretário era um tecnocrata, não tinha uma visão do que era público
187 e do que era serviço trabalhar para todos. “Ele faliu o Hospital Espanhol e não tem capacidade técnica de
188 ser Secretário de Saúde do Estado da Bahia. Devemos estar atentos, os movimentos sociais têm que
189 ocupar os espaços para cobrar e fazer com que o Governo avance para ampliar e fortalecer a Saúde
190 Pública no estado da Bahia e no Brasil. Temos o Eduardo Cunha no estado da Bahia que se chama Fábio
191 Vilas-Boas, o Secretário da Saúde, que não quer discutir os movimentos organizados. Ele não tem
192 competência para debater, então, o total apoio da CTB a todo movimento da classe trabalhadora.”
193 Informou que nos dias 24 e 25 de julho de 2015 aconteceria a 1ª Conferência livre de saúde da CTB, na
194 Câmara Municipal de Vereadores, município de Itabuna, organizada para fortalecer o SUS no estado da
195 Bahia, rumo à 15ª Conferência Nacional de Saúde. “É muito importante a nossa participação, e iremos de
196 forma organizada para derrubar os tecnocratas da Saúde que imperam no estado da Bahia.” Informou
197 também que no dia 24 seria a abertura, no dia 25 a conclusão, e estavam todos convocados. (Palmas). O
198 Senhor Presidente comunicou a presença da Vereadora Aladilce no pleno. O Conselheiro Jair Alves dos
199 Santos declarou ter sido uma tremenda covardia não ter aparecido ninguém da gestão, pontuando que o
200 Secretário havia se escondido, ido participar de reuniões que não tinha nada a ver com aquela casa, sendo
201 que o correto era ele estar ali presente para debater e ouvir os trabalhadores. “Somos solidários com
202 vocês.” Informou que representava uma instituição do movimento de reintegração de pessoas atingidas
203 pela hanseníase, e a gestão atual estava matando essas pessoas, pois não estava dando importância, e
204 assim como ele havia falido o Hospital Espanhol iria falir também a Saúde no estado da Bahia. “Se não
205 tomarmos cuidado iremos sentir muita dor de cabeça.” Informou ainda que o Hospital Couto Maia no
206 bairro de Águas Claras havia sido iniciado, mas as obras estavam paradas, e o Secretário ao ser cobrado
207 havia dito que não tinha dinheiro. Salientou que a Saúde na Bahia a cada dia estava falindo, porque não
208 havia um Secretário com postura técnica para se mobilizar junto com a categoria com os trabalhadores e
209 funcionários que faziam parte da SESAB e de outros órgãos engajados nessa luta. (Gritos de “fora”).
210 “Este Conselho está aqui para defender todos vocês. Antes não tínhamos quorum, mas já temos quorum e
211 vamos tirar uma resolução aqui para encaminhar à Secretaria.” O Conselheiro Fernando Antônio Duarte
212 Dantas colocou que a ausência do Secretário ali, demonstrava uma falta de compromisso com o SUS e
213 com a sociedade baiana. Ficava claro que ele não queria dialogar com os trabalhadores da Saúde, e nesse
214 sentido, além da proposta de Sílvio sobre a criação de uma comissão ali, propunha também uma moção de
215 repúdio pela ausência do Secretário naquela reunião do CES, de extrema relevância, onde seria discutido
216 o relatório quadrimestral. Disse ainda, que por conta da vacância na pauta com a não apresentação do
217 relatório, propunha abrir para alguns representantes dos trabalhadores da Saúde ali presentes, para que
218 expusessem a realidade que vinham passando no estado da Bahia. O Senhor Presidente informou que
219 acataria a proposta do Conselheiro Fernando, limitando o número e falas dos participantes, sem deixar de
220 ouvir também a Vereadora Aladilce. A Conselheira Isadora Oliveira Maia informou que desde o dia
221 anterior o município de Camaçari, onde tinha como Secretário de Saúde, Washington Couto, estava
222 realizando a sua Conferência de Saúde, sendo que já havia feito 06 pré-conferências. Informou ainda que
223 a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB junto com o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - CEBES e
224 o Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia – ISC/UFBA haviam feito no dia 08 de
225 julho um evento sobre Direito Sanitário e Direito à Saúde, que continuava ainda naquele dia. Comunicou
226 que a pauta do pedido para a apresentação do I Quadrimestre de 2015 tinha que ser apresentada
227 impreterivelmente até o mês de maio, mas ainda não havia sido apresentada ali, o que refletiria em todo o
228 cidadão baiano, porque poderia haver suspensão de recursos. Existiam sanções na Lei Complementar 141,
229 e pela terceira vez não havia sido apresentada. “Entendo todas as reivindicações, e vocês estão aqui hoje
230 também para tentar ser ouvidos e tentar dialogar com o Secretário. É uma discussão para ter horário de
231 pauta, espaço de pauta, e essa pauta foi retirada. Estou Apoiando vocês, apesar de vir de segmentos de
232 usuários, mas os usuários dependem totalmente de vocês enquanto trabalhadores, e precisamos que vocês
233 aqui hoje tenham toda voz, toda fala, porque esse Conselho terá que ouvir, entender todas as suas
234 reivindicações e ter paciência, pois não vir a uma apresentação de uma prestação de contas que reflète
235 também no segmento de trabalhadores, usuários, prestadores e cidadão baiano, faz com que tenhamos
236 uma grande tristeza, e por questão de respeito, mais tarde a fala será de vocês.” O Senhor Presidente
237 registrou a presença da Conselheira Nacional Ubiraci Matildes de Jesus, representante do Movimento
238 Negro, no segmento de usuários. A Conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho saudou a todos e
239 comunicou que concederia a palavra aos trabalhadores, pois estava ali mais para escutar e menos para
240 falar. O Sr. Dijalma Bastos Rossi – Funcionário da SESAB, agradeceu pelo acolhimento da proposta do

241 Conselheiro Fernando, destacando que a realidade vivida naquele momento era um real ataque ao Sistema
242 Único de Saúde na Bahia. Diante disso, cabia ao Conselho a discussão de plano de carreira,
243 financiamento e outros, que incluía, entretanto, os trabalhadores que estavam sofrendo perdas econômicas
244 por conta de decisão unilateral através da SESAB. Solicitou que o CES fizesse uma indicação sobre a
245 questão das perdas econômicas, pois os trabalhadores estavam sendo aviltados dos seus direitos de 20, 30
246 anos. Destacou que havia sido falado sobre o Guillain-Barré, e as estruturas das regionais que na
247 resolução ficou definido que não deveria ter perdas, sofria diretamente os impactos das perdas. Então, que
248 o Conselho revisse isso com suas comissões, para que juntos pudessem resgatar os direitos desses
249 trabalhadores até a conclusão do processo dentro da sua perfeita dignidade. A Conselheira Maria Helena
250 Ramos Belos comunicou que do dia 03 a 05 de julho, em Porto Alegre, seria realizado o 5º Seminário de
251 Incidência Política, justamente com a preocupação em relação ao desmonte do SUS, com a questão da
252 Saúde que estava acontecendo em todo o país. E na Bahia, essa situação era mais gritante, pois o reflexo
253 estava ali com a participação do sindicato, das pessoas que faziam parte dos espaços de Controle Social
254 para ter vez e voz. Portanto, continuaria na luta, se preparando para esse enfrentamento e para continuar
255 fortalecendo o SUS. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos declarou desejar que saísse dali
256 soluções para aqueles problemas apresentados pelos trabalhadores. Disse que a ausência do Secretário ali
257 demonstrava o descaso, pois ele não estava nem aí para o CES. Este era soberano e tinha uma
258 prerrogativa que poderia até mesmo propor a sua saída. A Saúde estava mal, a epidemia instalada, havia
259 se contratado diversos equipamentos modernos, e uma das pautas do Secretário era eliminar a epidemia
260 de Chikungunya e tantas outras. Por conta disso, havia adquirido equipamentos e não havia passado pelo
261 Conselho o custo deles para que se pudesse fazer o enfrentamento da doença. “O Hospital Espanhol foi
262 um pequeno barco afundado, mas há a possibilidade de que seja o Titanic, que é todo o serviço de Saúde
263 do estado da Bahia.” Propôs que se fizesse uma nota de repúdio pela ausência do Secretário e da gestão
264 naquela reunião, e fosse encaminhada ao Sr. Governador do Estado, ressaltando que o Sr. Fábio Vilas-
265 Boas não estava interessado na Saúde do estado da Bahia. Conforme a reflexão da Conselheira Isadora, a
266 ausência da prestação de contas acarretava em diversas perdas financeiras para a Saúde do estado da
267 Bahia. A falta de responsabilidade e o descaso do Secretário iriam deixar prejuízos para os usuários,
268 trabalhadores e todos aqueles que não estavam em cargos de chefia. Comentou que o Hospital
269 Universitário, Professor Edgar Santos – HUPES estava abandonado, com 13 setores fechados, 100 mil
270 consultas deixadas de ser realizadas, e o gestor do referido hospital era o Sr. Badaró, Subsecretário de
271 Saúde que também estava tentando afundar a Saúde do Estado. Solicitou que fosse colocada a nota de
272 repúdio para apreciação do pleno, e mencionou que os usuários estavam bastante preocupados, pois a
273 epidemia só matava pobre da periferia. Concordava que eram os mais expostos, mas também eram os
274 primeiros a serem atingidos devido a ausência das políticas de saúde que traziam esses prejuízos. Disse
275 ainda que naquele momento deveriam estar avaliando o relatório quadrimestral. Os trabalhadores não
276 gostariam de estar ali, mas em seus setores desenvolvendo políticas de saúde. Porém, haviam saído para
277 defenderem seus direitos, quando estes deveriam estar garantidos para que desenvolvessem suas
278 atividades. “Não estão aqui pedindo, mas querendo que lá na ponta tenha as condições necessárias para
279 que eles possam desenvolver suas atividades. Estive essa semana assistindo um serviço de saúde, onde a
280 profissional disse: Sr. Silvino, se aqui tivesse equipamentos necessários você não teria que se deslocar
281 daqui para outra unidade, sair peregrinando para concluir seu tratamento.” O Senhor Presidente informou
282 que já havia 03 conselheiros fazendo a moção de repúdio. O Conselheiro Edson Moraes de Oliveira
283 colocou que os Agentes Comunitários de Saúde e Combate às Endemias também estavam na luta. Houve
284 uma audiência pública com a participação da Vereadora Aladilce e o Vereador Armando Lessa, pois o
285 município de Salvador não queria implementar o piso, e por conta disso a categoria estava em greve
286 desde o dia 19 de junho, sendo que estava instalada na Bahia a epidemia da Chikungunya, Dengue e
287 Guillain-Barré. “Pode contar com esse Conselho e com o Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e
288 Contendores de Doenças Endêmicas e Epidemiológicas do Estado da Bahia - SINDACS/BA, porque tirar
289 a insalubridade do servidor é malvadeza, somos contra isso. Vamos à luta companheiros!” O Conselheiro
290 Luiz Américo Pereira Câmara informou que houve dentro do processo da Conferência uma reunião, um
291 debate do SINDMED com a presença do professor Jairnilson Paim, José do CEBES, e lá foi colocada a
292 questão da preponderância do Sistema Financeiro sobre a Saúde. Eram os grupos econômicos cada vez
293 mais tomando ação dentro do que era para ser o SUS, e dentro da questão macro estava vendo o reflexo
294 ali, pois, o que estava se dando naquele momento com os trabalhadores era basicamente uma visão
295 empresarial que se estava tentando trazer para a Saúde, e nesta não se poderia ter essa visão. “Foi deixado
296 muito claro lá que grupos econômicos internacionais hoje têm investido na Saúde brasileira, e eles não
297 estão preocupados com a qualidade do atendimento. O pessoal que está lá em Nova York está preocupado
298 com o lucro deles.” Destacou também que estava sendo vivida a questão da terceirização. A Unidade de
299 Pronto Atendimento do bairro de Escada faria greve no dia seguinte, porque era uma unidade terceirizada
300 do Estado que há 02 anos os médicos não tinham reajuste nos salários, recebiam com 50 dias de atraso,

301 faltava equipamento, e o mais interessante: quando a Associação Beneficente de Assistência Social e
302 Hospitalar - Pró Saúde havia chegado, tiveram reajuste no contrato e não repassaram para os
303 profissionais, ficaram dois anos e nem a inflação. Porém, sempre colocavam a culpa no Governo que não
304 repassava, mas sabia que o problema central era a terceirização. Havia vários contratos e não se sabia
305 como era investido esse dinheiro. “Temos que questionar essas instituições que se dizem filantrópicas,
306 quando na realidade sabemos que buscam o lucro à custa da saúde da população e do nosso trabalho.”
307 Declarou que estava indignado com a postura do Secretário, que claramente havia fugido. O Senhor
308 Presidente passou a palavra para o Sr. Arão Capinam de Oliveira para que fizesse a leitura das
309 Comunicações da SESAB. O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio colocou que as
310 comunicações da SESAB eram de pactuações que a gestão fazia na Comissão Intergestores Bipartite -
311 CIB sem sequer chegar ao conhecimento do CES. Era algo debatido ali há muito tempo, e não cabia
312 naquele momento, onde era mais emergente ouvir os trabalhadores. E por conta da gestão não se
313 interessar em apresentar a prestação de contas e ouvir as pessoas, propunha remeter as comunicações da
314 SESAB também para a próxima reunião em que estivessem presentes, para que se tivesse um tempo
315 maior para ouvir as pessoas. O Senhor Presidente declarou que corroborava com a fala do Conselheiro
316 Marcos, até porque, se surgissem dúvidas ali não haveria ninguém da gestão para dar qualquer tipo de
317 informação. Portanto, não teria porque falar de gestão ali naquele momento. “Acordamos aqui, a
318 Conselheira Isadora tinha o entendimento de que daríamos continuidade à pauta, mas era uma falta de
319 respeito ao Conselho Estadual de Saúde.” A Conselheira Isadora Oliveira Maia declarou que não foi
320 aquilo que tinha sido dito. “Tem que abrir a pauta e dizer: não vai haver apresentação da pauta, e a
321 deliberação do pleno foi de todos os trabalhadores falarem. Não garanti. Pelo contrário, todos têm que
322 falar que foi a minha fala. O que não pode é regimentalmente, como o Presidente também falou, é não
323 prosseguir a fala e também o pleno. Encaminhamento sim, como Marcos pediu para a suspensão da
324 comunicação da SESAB e Resolução CIB. O Presidente vai abrir a pauta, qual a pauta? É essa a pauta.
325 Justifica mais uma vez, porque naquele momento não tinha quorum, porque não terá apresentação do I
326 Quadrimestre e o pleno pode deliberar que a pauta seria as pessoas falarem.” O Senhor Presidente
327 informou que havia recebido um comunicado do reitor da HUPES, João Carlos Sales, de que não poderia
328 comparecer à reunião, pois havia recebido um chamado emergencial para uma reunião em Brasília, para
329 que trouxesse recursos para a UFBA, mas se propôs estar presente na reunião seguinte, fazendo a
330 explanação real da situação do Complexo HUPES. Portanto, já seria inserido na pauta e ele já estava
331 convidado. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos mencionou ser estranho quando o reitor
332 deixava de ir ali prestar contas porque iria buscar dinheiro, quando estava devolvendo ao Governo
333 Federal 8 milhões de reais por não ter concluído as obras do HUPES. “Estive na Procuradoria, entramos
334 com uma ação civil pública, fizemos uma reunião com a Defensoria Pública, onde convidamos a
335 representante do HUPES que não se fez presente.” Disse que pela terceira vez o reitor não comparecia
336 para prestar contas ali. O Senhor Presidente informou que o pleno do Conselho havia tirado o HUPES da
337 pauta por conta de pautas emergenciais. No entanto, se o Conselheiro Silvino tivesse aqueles dados com
338 relação ao referido hospital, poderia ser feita uma discussão no momento em que o reitor estivesse
339 presente e o pleno tomaria decisões, até porque o recurso era do Sistema Único de Saúde. Comentou que
340 o Conselheiro Marcos havia colocado uma questão de ordem, a Conselheira Isadora já havia dado a sua
341 explicação, e estava retirando ali as Comunicações da SESAB e as Resoluções CIB. Como havia chegado
342 ali dois documentos solicitando alteração da pauta, tanto da Prestação de Contas do I Quadrimestre
343 quanto da situação do HUPES, estaria suspendendo e passaria a palavra para a Vereadora Maria Aladilce
344 de Souza, que informou ter sido membro do CES representando aqueles profissionais, e com muita
345 emoção havia entrado ali, pois considerava o CES e os demais conselhos como órgãos permanentes e
346 deliberativos da Política de Saúde, conforme estabelecido na Lei nº 8.142, inclusive nas questões
347 econômicas e financeiras e da aplicação dos recursos. O CES era o órgão máximo deliberativo por lei
348 federal, com respaldo na Constituição Federal, e por isso tinha que ser respeitado em todos os momentos.
349 Salientou que não tinham a presença do Senhor Secretário Fábio Vilas-Boas como presidente do CES
350 atualmente, porque assim tinha sido a decisão do estado da Bahia juntamente com o Controle Social, mas
351 o Senhor Secretário como membro do CES, obrigatoriamente na sua demonstração de respeito ao
352 Controle Social deveria estar presente. Saudou ainda os trabalhadores que estavam sofrendo por todo o
353 estado da Bahia com o desmonte das DARES, que naquele momento se constituía em núcleos, e não se
354 sabia por que as bases pareciam não ter sido regulamentadas. Relatou que a última vez que esteve na
355 reunião do CES tinha sido pela extinção abrupta sem discussão das DARES, que vinham sendo órgãos
356 contributivos na construção do SUS, órgãos de Controle de Vigilância, que ajudavam as prefeituras e as
357 Secretarias Municipais, já que muitos municípios não tinham nem secretaria e aqueles órgãos davam
358 sustentação às ações de saúde no estado. Então, os trabalhadores foram surpreendidos, bem como o
359 estado todo com a extinção autoritária das DARES, e aquela questão não estava resolvida. Estava vendo
360 todo o estado se manifestando também através das redes sociais, os trabalhadores estavam paralisados em

361 todo o estado da Bahia com uma postura muito corajosa, como deveria ser a postura do profissional
362 consciente, que além de todas as mazelas e dificuldades que os trabalhadores e a população enfrentavam
363 para terem acesso à saúde com a sobrecarga dos hospitais, o déficit de pessoal, pacientes nos corredores, a
364 falta de roupas, medicamentos, equipamentos, exames, a Regulação que não funcionava, a exemplo da
365 Regulação Municipal de Salvador com o serviço de saúde precário, que fazia com que os pacientes
366 superlotassem os hospitais, além dos baixos salários, os reajustes pífios que o Governo do Estado vinha
367 dando, e além de tudo, cerca de 26.000 servidores da SESAB na ativa foram surpreendidos com a medida
368 autoritária, arbitrária, do corte da gratificação e do adicional de insalubridade. Comentou que a concessão
369 do adicional de insalubridade era feita através de um processo legal, publicado no Diário Oficial do
370 Estado e passado pela Procuradoria. Portanto, não havia sido o Sindicato nem os servidores que tinham
371 colocado o adicional no contracheque. A priori não havia irregularidade alguma, e como o Secretário
372 poderia sem nenhum processo legal simplesmente “sequestrar” do contracheque a parcela do salário? Não
373 houve nenhum ato legal, apenas um comunicado informando que iria retirar no final do mês de junho e
374 que se preparassem os outros, porque viria mais forte. Não era possível, não havia legalidade,
375 regularidade e nem moralidade em uma questão daquelas, sem falar que se tratava de uma atitude do
376 Governo que provocava ira, revolta e a insegurança dos trabalhadores, porque 30, 40% que era o
377 percentual, era muito para os trabalhadores que ganhavam pouco, um desrespeito, uma postura de
378 desvalorização. Comunicou que o Secretário Fábio Vilas-Boas ao assumir a gestão havia lhe procurado
379 como vereadora, solicitando que intermediasse uma reunião com os sindicatos e prontamente a fizeram,
380 pois a priori queriam o diálogo. E na reunião o Secretário havia dito que iria montar um conselho de
381 entidades, onde se reuniriam mensalmente e tudo seria discutido. No entanto, o Secretário não havia
382 montado o conselho, o que dificultava o diálogo, e tratava os servidores com certa ironia e desprezo, pois
383 aquele era o sentimento que os servidores tinham. Salientou que seria preciso passar a limpo a história da
384 Saúde no Estado da Bahia, seria preciso resolver tudo. Havia trabalhadores que acompanhavam aquela
385 história há muito tempo e parecia que estavam andando para trás. Inclusive, era um momento político
386 nacional, estava cheio de dificuldades, mas não podiam “jogar a toalha”, tinham que unir as suas forças e
387 avançarem na luta para que pudessem acabar com a privatização da Saúde. Precisavam de carreira
388 decente, investimentos no público, porque estava vendo muita privatização, o dinheiro da Saúde indo para
389 os *institutos da vida*, clínicas, Organizações Sociais que depois abandonavam o SUS, porque não
390 interessava mais o negócio. Desculpou-se pelo desabafo, declarando ter sido preciso, pois não poderia
391 continuar naquele estado de coisas, o governador tinha que *destampar os ouvidos* e realmente dar
392 prioridade para a Saúde, pois até ali o que se tinha visto era o desmonte do Sistema de Saúde da Bahia.
393 Era aquilo que estava acontecendo, e em nome do SIDAÚDE-BA e em seu nome ficava ali o
394 compromisso de continuar lutando, e iriam para as conferências municipais e Conferência estadual.
395 Comunicou que no dia 10 de julho de 2015 seria realizado na Câmara de Vereadores do município de
396 Salvador um debate para que levantassem em detalhes as condições de trabalho e propostas, a fim de
397 serem levadas para as conferências, e só conseguiriam vitória se houvesse união e luta. “Viva o Sistema
398 Único de Saúde e viva os trabalhadores”. O Senhor Augusto Amorim Bastos – Diretoria de Vigilância
399 Sanitária (DIVISA) colocou que os trabalhadores haviam lutado tanto para construir o SUS, mas
400 infelizmente em apenas sete meses estava sendo destruído, a exemplo das DIREES que foram extintas de
401 forma autoritária e arbitrária sem que os trabalhadores fossem ouvidos para que soubessem qual seria o
402 melhor modelo de regionalização a ser discutido para o estado da Bahia e que deveria ser adotado.
403 Saudou todos os servidores da Vigilância Sanitária que estavam parados, e os demais da DIVEP do
404 interior, destacando que estavam sofrendo na pele, pois já haviam tido os descontos e o desmonte do
405 SUS. Informou que ações de fiscalização estavam deixando de ser realizadas pela Vigilância Sanitária nos
406 serviços de saúde, para garantir a qualidade em relação ao controle da água, inspeção das indústrias de
407 medicamentos, alimentos e serviços de interesse da saúde. Quanto à questão da Vigilância à Saúde, disse
408 que seria importante colocar que vários conselheiros haviam falado ali que se vivia um momento muito
409 difícil, que era a questão relacionada à epidemia tríplice: Zika, Chikungunya e Dengue, como fatores de
410 risco para a Síndrome Guillain Barré. Toda a categoria de trabalhadores estavam ali parados lutando em
411 defesa do SUS, quando poderia estar em seus postos de trabalho para combater uma epidemia como
412 aquela, porque não se fazia saúde simplesmente com assistências e com hospitais, com todo respeito aos
413 colegas dos hospitais pois eram imprescindíveis, mas precisava também de ações de prevenção, promoção
414 e proteção da saúde. Porém, haviam cortado o direito do trabalhador, porque insalubridade era direito,
415 inclusive garantido pela Junta Médica. Comentou que haviam colegas que há mais de vinte anos recebiam
416 insalubridade, e de repente apareciam com a justificativa para os trabalhadores, dizendo que os mesmos
417 não tinham direito pelo fato de um parecer da Procuradoria ou um outro parecer que dizia não terem
418 direito. Perguntou se as outras gestões estavam erradas em conceder aquele direito. Com certeza não, pois
419 a insalubridade era um direito e tinham aquele direito, então, aquele era um dos pontos do desmonte do
420 SUS que estava atingindo e enfraquecendo os trabalhadores. Denunciou ainda que estivesse se vivendo

421 um momento difícil, com os trabalhadores desiludidos e pessoas preocupadas, pelo fato de chegar o final
422 do mês e não ter recursos para pagar. Relatou que naquela mesma semana teve o desprazer de
423 testemunhar uma colega em lágrimas, porque o dinheiro que seria cortado era o dinheiro para ela pagar o
424 aluguel. Declarou que em homenagem ao dia 02 de Julho, nas suas veias corria o sangue de Maria
425 Quitéria, Labatut e dos caboclos. “Vamos lutar”. O Senhor Francisco dos Santos Santana – Sanitarista da
426 Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVEP) agradeceu aos CES por ter honrado a todos liberando o
427 espaço para os trabalhadores e usuários, e salientou que não estavam ali apenas pela insalubridade,
428 embora o seu companheiro Augusto houvesse colocado que fazia parte da sobrevivência. O recurso era
429 importantíssimo, e tirar 30, 40% de um salário que já não era alto dos trabalhadores, era uma agressão,
430 uma perversidade, uma malvadeza, mas o que estava ali no CES defendendo, era a preocupação, e
431 inclusive havia alertado a todos os companheiros, já que o CES era a instância máxima para deliberação
432 da Saúde no estado, que foi a questão do desmonte criminoso do SUS da Bahia que havia começando
433 com o Governador do Estado, indicando um Secretário que não tinha nenhuma afinidade com a Saúde
434 Pública. E desde o início, cada medida tinha sido contra o SUS, contra os principais esteios que eram os
435 trabalhadores em Saúde, e aquela não era uma medida isolada. A questão do desmonte do SUS, as
436 retiradas dos direitos duramente conquistados pelos trabalhadores e o sucateamento dos hospitais
437 públicos, passando inclusive para a iniciativa privada, não era por acaso, fazia parte, e se não era apenas
438 incompetência seria uma maquinação deliberada de falir para entregar ao setor privado, inclusive com os
439 recursos públicos para a gestão privada daquele serviço. Por isso queria primeiro denunciar a grave
440 situação em que as evidências já apareciam através das notificações de coqueluche e sarampo, até mesmo
441 doenças agudas e crônicas. Quanto à questão dos efeitos e do desmonte da Saúde nas DIRES, mesmo que
442 os colegas estivessem fazendo um esforço sobre-humano, sem condições, sem água, sem energia, sem
443 transporte e sem telefone nas DIRES, onde davam o sangue para cumprirem a responsabilidade sanitária,
444 de tentar evitar a proliferação das doenças infecto contagiosas, mesmo assim estava sendo muito difícil.
445 Já se ouvia os efeitos nos indicadores de saúde, estavam preparando um dossiê que seria entregue ao CES
446 e mandado também para o Ministério Público, denunciando os efeitos da política danosa do Governo Rui
447 Costa e especialmente do Secretário Fábio Vilas-Boas. Colocou que seria necessário se tomar algumas
448 decisões, propondo como reivindicação a suspensão imediata pelo Governo do Estado do cancelamento
449 das insalubridades, sendo necessário o amparo do CES naquela situação. Propôs também que fosse
450 realizada uma auditoria no SUS da Bahia quanto às medidas que estavam sendo tomadas, bem como seus
451 efeitos, inclusive com o uso do dinheiro público federal, o que exigia do Ministério Público Federal e do
452 Ministério da Saúde a realização de uma auditoria nas contas daquelas ações, e que o CES deliberasse
453 sobre a questão. Solicitou a suspensão da extinção das DIRES, já que seria preciso uma discussão com os
454 trabalhadores sobre o processo de regionalização com o novo desenho, e, no entanto, precisava que se
455 respeitasse o Controle Social para que se discutisse com o CES, os trabalhadores e os usuários, o novo
456 desenho da regionalização. E enquanto tudo aquilo acontecia não podiam deixar a população como
457 estava, com a antiga estrutura sendo sucateada, com as bases tendo retirados os seus recursos mínimos e
458 deixando a população sujeita a infecções por doenças crônicas e agudas. Destacou que aquelas eram suas
459 propostas, e gostaria que o CES encaminhasse, pois já estava sendo finalizado o documento que seria
460 passado ao CES para que encaminhasse com detalhes os encaminhamentos. E o CES por ser deliberativo
461 teria que tomar uma atitude, pois assim como havia ocorrido a retirada da insalubridade que não tinha
462 sido respaldada por nenhuma medida judicial, assim como a extinção das DIRES, não houve nenhuma lei,
463 apenas o decreto que criava as NR's. Porém, não definia e nem detalhava fluxos, processos, estrutura, e
464 os nove núcleos que estavam totalmente desestruturados para atender uma demanda muito maior do que
465 aquelas que atendiam as DIRES. Aquilo era um crime e já vistos os seus efeitos sobre a Saúde da
466 população através dos indicadores de morbidade e mortalidade que seriam anexados ao dossiê que seria
467 entregue. Era uma situação grave, não era apenas uma luta salarial, mas uma luta em defesa do SUS
468 contra o desmonte da Saúde, e caso não fosse revogado, a próxima bandeira no dia 13 de julho seria “Fora
469 Fábio Vilas-Boas” e a greve geral no processo. A Senhora Ubiraci Matildes de Jesus – Conselheira
470 Nacional de Saúde destacou que vinha acompanhando objetivamente a situação dos trabalhadores e
471 trabalhadoras no estado da Bahia, e era uma pauta de discussão permanente a questão daqueles
472 profissionais, na Comissão de Trabalhadores do Conselho Nacional de Saúde. Acreditava que seria
473 preciso não somente parabenizar, mas louvar aquela mobilização dos trabalhadores do estado da Bahia.
474 Não poderiam ficar calados, a escravidão tinha acabado, institucionalmente não havia mais escravidão, e
475 por isso não tinham mais condições de conviver com aquela situação que os trabalhadores vinham
476 atravessando no estado da Bahia. Era grave o Sistema de Saúde da Bahia, não somente a questão das
477 endemias, mas a situação dos hospitais. Destacou que a Lei nº 8.080 e a Lei nº 8.142 eram muito claras,
478 muito definidas, no que dizia respeito ao tripé de importância do SUS. “Não existe Sistema Único de
479 Saúde sem trabalhador, como não existe Sistema único de Saúde sem usuário. Não existe assistência se
480 não houver uma boa gestão”. Disse que não poderiam se separar, a gestão não poderia ser indiferente à

481 Política de Recursos Humanos como se via na Bahia. Aquilo não era novo, e o SUS da Bahia fazia tudo,
482 menos uma Política de Recursos Humanos capaz de atender as necessidades da população e dos
483 trabalhadores. Porém, seria preciso erguer aquele tripé, e não era somente a insalubridade, havia uma
484 vacância na Política de Recursos Humanos que dizia respeito ao trabalho, emprego e renda. E no quesito
485 da renda havia um atraso, pelo fato do grande fosso, que era a perda salarial enquanto trabalhadores, já
486 que a insalubridade vinha um pouco superando a necessidade histórica, acabando e corroendo os
487 trabalhadores nos seus salários base. Destacou que o Senhor Secretário estava fazendo manobras de forma
488 indiferente, distante, não gostava de diálogo, e quem estava no dia a dia da SESAB sabia das dificuldades
489 de diálogo com o Secretário, pois ele não queria conversa com o trabalhador. Saliu que aquela
490 escolha do Governador do Estado tinha que acabar, ninguém poderia ser gestor o tempo todo, e se o
491 gestor não prestava, ele tinha autonomia de tirar e colocar outro, já que o próprio Secretário assumia
492 publicamente que não tinha experiência de gestão em Sistema único de Saúde. Comunicou que o
493 Conselho Nacional de Saúde estava ali apoiando todos os trabalhadores, e quando havia chegado de
494 Brasília junto com a Conselheira Lílian, preparando a 15ª Conferência, uma das pautas que deveriam
495 “pegar pesado”, tanto na Conferência Estadual quanto na Conferência Nacional seria a Política de
496 Recursos Humanos. Seria preciso “virar a mesa” e dizer que o SUS era capaz de fazer uma Política de
497 Recursos Humanos competente, e que desse às pessoas o bem viver com alegria e com capacidade de ser
498 feliz no Estado da Bahia. O Conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva fez a leitura do Ofício,
499 referente ao corte do ponto dos trabalhadores, encaminhado pela Superintendência de Recursos Humanos
500 da SESAB: *“Por ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde, e tendo em vista a informação de*
501 *paralisação das atividades dos Servidores Estaduais de Saúde, nos dias 09 e 10 de julho, orientamos o*
502 *seguinte: caso o Servidor não compareça ao local de trabalho, sua ausência será considerada falta,*
503 *respeitando os Artsº 113 e 176 da Lei nº 6677. Caso o Servidor compareça ao seu local de trabalho e se*
504 *recuse a desempenhar as suas atividades, esta situação será registrada com observação no Registro de*
505 *Ponto”*. Ressaltou, que diante disso seria preciso gritar mesmo: “Fora Fábio”. O Conselheiro Marcos
506 Antonio Almeida Sampaio solicitou questão de ordem, e propôs que fosse feita uma lista de presença de
507 todos os servidores que estavam naquela reunião do CES para que ficassem vigilantes, não somente
508 àqueles que aderiram ao movimento. Que não fosse feito nenhum tipo de corte, principalmente das
509 pessoas que tinham ido para o CES, que era um espaço aberto. Entretanto, o CES precisava enviar um
510 documento anexado à lista de presença. O Senhor Presidente observou que a lista de presença não seria
511 somente para os servidores que estavam presentes na reunião do CES, porque todos estavam em um
512 estado de direito que a Constituição Federal permitia, onde os trabalhadores poderiam fazer paralisação,
513 para que tivessem os seus direitos. Solicitou ao Conselheiro Sílvio Roberto o ofício lido por ele, e já que
514 tinham uma deliberação no CES estava sendo desrespeitada, que era a questão de não prejudicar nenhum
515 trabalhador com a extinção das DIRES, e quando se supria insalubridade já se trazia prejuízo para os
516 trabalhadores, e naquilo o CES estava sendo desrespeitado. Informou que iria continuar com as falas, mas
517 daria encaminhamento e acreditava que fossem aprovar algumas coisas boas ali no CES. A Senhora
518 Rosângela Santana Barbosa – Servidora do Hospital Roberto Santos comunicou que todos estavam ali
519 dispostos a criar um SUS digno, e se fosse necessário faria uma greve, mostrando ao Secretário Fábio
520 Vilas-Boas *para que vieram*. Solicitou que todos os conselheiros acompanhassem de perto a questão do
521 corte de 25% na Saúde, pois não seria aceito que a mesma ficasse submetida a nenhum tipo de corte, pois
522 quando o governo ia à imprensa, anunciava cortes, principalmente nos hospitais de grande porte. E em
523 relação a ela que trabalhava no Hospital Roberto Santos, sabia que para os funcionários faltavam os
524 insumos básicos, como gases, luvas, água para beber e até soro fisiológico. Recentemente havia saído na
525 imprensa o que tinha acontecido, Os pacientes não tinham medicamentos e estavam tendo que acionar o
526 Ministério Público para que pudessem ter direito aos medicamentos básicos que mantivessem suas
527 condições. Então, com o desconto de 25%, como ficaria? Sugeriu a todos os colegas que ficassem atentos
528 e que o CES abrisse as portas, acatassem e acompanhassem minuciosamente as denúncias acerca da
529 camuflagem que o governo vinha fazendo, como anunciar na imprensa os absurdos de novas aberturas de
530 leitos do Hospital Roberto Santos com a propaganda enganosa do *Mais, Mais, Mais*, informando que
531 foram abertos leitos na UTI Pediátrica, no Centro Cirúrgico, onde sem nenhuma vergonha adentrou na
532 unidade, pediu que se fofrassem dois leitos que filmou e colocou na imprensa. Diante disso, fez uma
533 denúncia ao sindicato, que solicitou uma carta. Solicitou ao CES que acompanhasse de perto, além de
534 outras questões que vinham surgindo, a reinauguração pelo Secretário no Hospital Martagão Gesteira da
535 Unidade de Pré-natal, com o absurdo de dizer que foi construído com o corte de 25%. Destacou que no
536 Hospital Roberto Santos havia a política, onde qualquer tipo de situação que fosse camuflada, a exemplo
537 de quando se pintava uma parede e se gastava milhões. E então, para onde ia aquele dinheiro? Porque no
538 momento de se retirar dos trabalhadores que suavam tanto para manter as unidades, aí sim eles cortavam.
539 Quando se anunciava a abertura de uma unidade nova, havia recurso utilizado, então, para onde tinham
540 ido os recursos se não tinham sido utilizados? Saiu para onde? Então, tinha que ser acompanhado, para

541 que realmente se verificasse se houve ou não recursos do SUS para aquele tipo de camuflagem.
542 Comunicou aos trabalhadores que denunciassem à imprensa, aos conselhos e sindicatos e não ficassem
543 mais omissos aos absurdos que vinham acontecendo na Saúde Pública da Bahia. O Conselheiro José
544 Silvino Gonçalves dos Santos propôs uma comissão exclusiva do CES juntamente com todos os
545 trabalhadores do Hospital Roberto Santos para fazerem uma visita e construir um relatório diante daquela
546 denúncia realizada. Solicitou que os trabalhadores elegeassem três pessoas para compor a comissão, a fim
547 de confirmar o que a trabalhadora havia relatado. Lembrou que na reunião anterior, o próprio Secretário
548 havia denunciado que os medicamentos do Hospital Roberto Santos tinham sido violados, o que poderia
549 levar um paciente a óbito pela falta do medicamento, e se tratava da fragilização dos mesmos, quando
550 alguém poderia até colocar algum tipo de veneno e quem fosse atendido naquela unidade correria o risco
551 de morte. Sugeriu seu nome para compor a comissão. O Senhor Presidente informou que existia uma
552 Comissão de Acompanhamento aos Hospitais e Unidades que já atuava, porém, aquela denúncia seria
553 encaminhada, o que não impediria a participação de nenhum Conselheiro, bem como de nenhum
554 trabalhador que se envolvesse. Apenas anotaria os nomes dos trabalhadores que se colocassem à
555 disposição e já sairiam dali da reunião com uma visita agendada ao Hospital Roberto Santos, colocando
556 os conselheiros que tinham acesso a qualquer comissão. Destacou ainda para os trabalhadores e as
557 pessoas que não estavam presentes na última reunião, que o Secretário havia colocado que a situação do
558 Hospital Roberto Santos estava sob investigação policial, por isso o CES havia solicitado que quando
559 finalizado o inquérito fosse apresentado ao pleno do CES. O Conselheiro Jair Alves dos Santos reforçou
560 que os trabalhadores que desejassem fazer parte da comissão dessem os seus nomes, principalmente os
561 que fossem funcionários do Hospital Roberto Santos, pois seria muito importante, e teriam subsídios para
562 levar ao CES, para que se visse qual a posição adotada. O Senhor Orlando Souza do Lago – Núcleo
563 Regional Leste de Saúde agradeceu ao Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio e ao Presidente
564 Ricardo Mendonça pela oportunidade de expor de forma clara e objetiva o que vinha acontecendo com o
565 SUS e os trabalhadores. Destacou que tinha sido uma decepção muito grande, não somente para ele, mas
566 para todos os trabalhadores que haviam eleito um governo democrático que havia enviado por e-mail um
567 posicionamento daqueles, extremamente autoritário, dizendo que cortaria o ponto e colocaria observação,
568 o que era decepcionante para todos, não respeitar o direito de greve. Comentou que as pessoas que
569 estavam na gestão haviam chegado lá através do movimento sindical, movimento de luta e movimento
570 social. Informou que era sanitarista do Núcleo Regional Leste, e mais uma vez estavam sendo violentados
571 diretamente, porque além de estarem desgastados de uma luta, haviam sido escolhidos para serem
572 laboratórios de retirada da insalubridade. “Haviam dito para todos os trabalhadores que recebíamos de
573 forma irregular, que estamos roubando o Estado, quando na verdade cada trabalhador aqui entrou com o
574 seu devido processo na Junta Médica do Estado da Bahia e foi aceito. Então, quem está roubando é a
575 Junta Médica e não o trabalhador.” Com relação ao processo do desmonte do SUS, informou que estavam
576 vivendo um momento extremamente delicado dentro da Saúde Pública. De acordo com o processo, a
577 manutenção das DIRES através de um nome que ainda não tinha sido regulamentado que seriam “as
578 Bases Operacionais de Saúde” não tinham garantia nenhuma e estavam sem recursos com trabalhadores,
579 que desde os meses de fevereiro e março de 2015 não recebiam diárias. Havia regionais que estavam com
580 dificuldades de investigar, de se locomoverem e sem a condição mínima de trabalho, desde o papel
581 higiênico, sem água e sem copo, o que era uma estratégia para que os trabalhadores começassem a sair
582 das regionais. Destacou ainda que não se fazia Saúde Pública colocando notícias na mídia, grandes
583 eventos, pois se fazia saúde da população no território com o município, e aquilo os trabalhadores das
584 DIRES sabiam, porque acompanhavam com os municípios e sabiam da fragilidade que cada um deles
585 tinha. Informou que os trabalhadores municipais haviam lido procurado nas regionais, atualmente bases e
586 núcleos, porque não tinham estrutura, e todos sabiam que todo final de ano, a partir do mês de outubro os
587 municípios demitiam, principalmente trabalhadores das Secretarias Municipais de Saúde e não
588 recontratavam. Aqueles municípios estavam extremamente fragilizados, o Estado tinha responsabilidade
589 legal de acompanhar a situação da epidemia tríplice: Chikungunya, Zika e Dengue e não iria se resolver
590 abrindo consórcio de Saúde em hospital. Seria preciso entender que só iria melhorar se houvesse
591 investimento em prevenção e promoção, porque era barata e estavam falando que não tinha dinheiro.
592 Claro que não tinha, porque só queriam investir em hospitais e UTI’s, sendo que já existia uma equipe de
593 vigilância de todas as áreas que tinha *expertise* para conhecer o seu processo de saúde e doença para
594 intervir, antes que o paciente adoecesse. Destacou ainda, que os trabalhadores estavam *jogados*,
595 desmoralizados, e precisavam reconhecer que eram mão-de-obra especializada; precisavam ser
596 reconhecidos na área de vigilância e em todas as áreas, não se podia pensar que se fazia teste rápido
597 abrindo hospitais, fazendo consórcios, e o Secretário indo para a mídia falar que o Projeto de
598 Regionalização dele era abrir dez policlínicas. Isso era um absurdo, pois não se fazia regionalização
599 abrindo dez policlínicas; se fazia saúde no dia a dia, investindo em Atenção Primária, o que resolveria
600 85% dos problemas em Vigilância em Saúde e Saúde do Trabalhador, para que antes que ele adoecesse

601 fosse feita a intervenção para se descobrir o processo da doença antes que se instalasse. Informou que
602 havia participado de uma conferência como palestrante, onde falou que estava lutando pelos mesmos
603 ideais da Reforma Sanitária de 1980. Aquilo era um absurdo, já tinha passado e não podiam lutar por
604 aquilo. Havia coisas melhores e estava lutando pela garantia de recursos, valorização do profissional,
605 participação social, pois as pessoas já haviam lutado por aquilo. Seria preciso ter consciência, para que se
606 organizassem, buscassem o respeito necessário para o trabalhador da área de assistência e entenderem que
607 não havia trabalhador melhor ou pior, todos eram importantes e o Estado tinha que definir claramente
608 qual a sua linha de ação, entendendo que aquele movimento era permanente e precisavam ter o
609 entendimento bem claro de que aquele movimento não era estadual e sim nacional, um movimento de
610 desconstrução do SUS. Ressaltou para os servidores que estavam correndo para dar entrada aos seus
611 processos de aposentadoria por conta daquele momento tão difícil que estavam vivendo, que tinham ainda
612 muito para contribuir. Precisavam continuar atentos, lutando, participando e fortalecendo o sindicato, não
613 dava para ficar apontando para o sindicato, precisavam fortalecê-lo. A Senhora Edialeida Maia de Lima
614 Almeida - Sindicato dos Enfermeiros comentou seu espanto em ver que o Governador e o Secretário em
615 quase sete meses incompletos haviam conseguido destruir um sistema construído há vinte e sete anos, e
616 por isso a Bahia atravessava um momento muito crítico. Se por acaso os trabalhadores, usuários e o
617 Controle Social não fossem de encontro àquela situação estariam correndo o risco de voltarem à época em
618 que o acesso ao SUS só era possível àqueles que tinham carteira assinada, se não tivessem cuidado e não
619 estivessem atentos àquele desmonte. Em quase sete meses estavam vendo a Saúde Pública da Bahia na
620 simples intenção de privatizar. O Sindicato dos Enfermeiros estava sofrendo muito com as terceirizadas,
621 pois os hospitais públicos, tanto da capital quanto do interior estavam praticamente sucateados por falta
622 de material. Informou que as pessoas que trabalhavam nos Recursos Humanos estavam sem receber
623 dinheiro, porque as terceirizadas que antes existiam foram todas canceladas e os trabalhadores estavam
624 saindo dos contratos sem dinheiro e sem o fundo de garantia, com os seus salários atrasados por três
625 meses e sem gozo de férias. Colocavam outra empresa terceirizada com o menor custo de salário, quando
626 todos já sabiam que um trabalhador terceirizado era precarizado e de alto custo para o próprio Estado.
627 Porém, o concurso público seria a forma que o Governo tinha de efetivar as suas ações nas políticas de
628 Saúde do Estado. Declarou que não existia Secretário e Governo quando o povo se unia, e teriam que
629 recebê-los. No entanto, o Governador Rui Costa não recebia os trabalhadores, havia uma média de
630 negociação que não se concretizava e uma vaga promessa daquela mesa funcionar com plena capacidade.
631 Informou que houve uma reunião na semana anterior com o Secretário, desde o início da sua posse o
632 Sindicato dos Enfermeiros, as entidades da enfermagem e as entidades da Saúde tinham sentado e
633 discutido com ele, porém, não tinham nada de concreto documentado com uma estrutura de Governo
634 dentro da SESAB. Não era apresentado, e como servidora pública também estava vendo todas as
635 dificuldades dos recursos humanos com as pessoas antecipando as suas aposentadorias antes de
636 completarem os seus períodos, por medo de perderem as suas vantagens e os benefícios que conseguiram
637 durante anos, o que comprometia a questão dos recursos humanos e levava também ao sofrimento dos
638 pacientes. Estava claro para todos que a Bahia era o segundo estado do Brasil com incidência de Dengue,
639 Chikungunya e Zika Vírus, que se alastrava por falta de ações em Saúde Pública, e as entidades
640 terceirizadas não tinham visão de Saúde Pública com o atendimento da prevenção. O Sindicato dos
641 Enfermeiros vinha lutando em parceria com todas as entidades, na defesa da garantia dos trabalhadores
642 dos direitos conquistados. Não podiam mais perder nem permitir que no período de sete meses de gestão
643 na Saúde Pública do Estado da Bahia, estivesse acontecendo aquilo. Comentou que lhe estranhava o fato
644 do Governador Rui Costa ter saído de dois mandatos durante a gestão do Senhor Jacques Wagner, que
645 tinha sido Secretário da Casa Civil e desconhecia qual era a realidade do estado. Tinha dito que faria um
646 governo próprio, mas que estava prejudicando os trabalhadores. Porém, que respeitasse os trabalhadores,
647 porque era justamente para trabalhar que eles estavam lá atendendo os seus pacientes com poucos
648 recursos, superlotação de unidades, extensão de carga horária, tendo que trabalhar o dobro para que
649 pudessem cumprir o mínimo para os usuários. Então, existiam muitas faltas, pelo fato do quadro da
650 SESAB estar enxugado, e as pessoas estavam com tanto medo que estavam pedindo as suas
651 aposentadorias. Estavam intranquilas com as garantias que estavam perdendo, e inclusive ela mesma se
652 perdesse não saberia o que fazer. A Conselheira Maria Luíza Costa Câmara Salientou que aquela
653 presença maciça dos trabalhadores em saúde até que tinha demorado muito, já que há muito tempo
654 persistia e continuava, tanto que havia chegado ao caos, com todos sentindo na pele o reflexo do que a
655 Saúde estava passando. E diante de tudo que tinha sido externado, as manifestações que aconteceram ali,
656 ela estava com o Regulamento da 9ª Conferência Estadual de Saúde, cujo tema era: "Saúde Pública de
657 Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas, Direito do Povo Brasileiro". Aquilo era contraditório, e o povo
658 poderia ter uma frase do tipo: "Saúde Pública na Bahia está Afundada, Atolada, Empobrecida, Destruída,
659 Desacreditada, Desumana. Este era o tema bom e verdadeiro, depois vinha: Saúde Pública para Cuidar
660 das Pessoas, Onde Anda?" Era aquilo que o povo queria, e era direito. Destacou que de

661 sejava estar escalada no tema 02, que falava sobre Participação Social e da situação hospitalar. Já havia
662 denunciado as doenças crônicas, o medicamento de alto custo não tinha, custava muito caro, o povo
663 estava morrendo para combater as síndromes, pois havia colocado aquela situação na reunião do mês
664 passado e falava diariamente que o povo não tinha em que porta bater. Relatou que uma pessoa havia
665 caído de um ônibus, fraturado o fêmur, e ficou aguardando durante três dias para operar. No entanto, o
666 médico havia mandado ela embora e não tinha cadeira de rodas. Ela havia ligado para lá e não
667 conseguiram a cadeira, então, perguntou onde estava a Saúde brasileira. Desacreditada, atolada, seria
668 preciso respeito e aquela manifestação ali já tinha passado do tempo. Sugeriu que todos fossem em frente
669 e fizessem mais manifestações. O Conselheiro Antônio do Lago de Souza informou que o Ministério
670 Público do Trabalho havia ajuizado uma ação pública na região de Ilhéus contra a Santa Casa de
671 Misericórdia, o Hospital São Lucas, que sempre pedia ajuda. No entanto, estavam praticando fraudes nas
672 relações trabalhistas, e inclusive ele havia deixado uma cópia do documento com a vereadora Aladilce
673 para que ali pudessem também entrar com uma representação junto ao Ministério Público do Trabalho
674 denunciando aquele abuso da SESAB em retirar um direito adquirido, porque adicional de insalubridade,
675 a partir do momento que se assina, previsto no Estatuto, era direito adquirido, e o próprio Estado estaria
676 ferindo o ordenamento Jurídico. Entretanto, cabia uma representação ao Ministério Público do Trabalho
677 para que tomasse as medidas pertinentes. Com relação à Vigilância Sanitária, pontuou que se tratava de
678 um processo a ser fortalecido no estado da Bahia, e todos deveriam trabalhar para prevenir, deixando de
679 ser um estado cuidador para trabalhar a prevenção, evitando que as doenças chegassem, para que
680 pudessem de fato estar em um nível de qualidade para todos e não para alguns, o que infelizmente
681 acontecia no estado da Bahia. Mencionou que para fortalecer o diálogo social, o Senhor Secretário
682 precisava saber que ele era um gestor público e não um administrador dos hospitais particulares no estado
683 da Bahia. Informou também sobre a realização da Conferência no município de Itabuna, onde a vereadora
684 Aladilce seria uma das palestrantes, com o tema: “Valorização do Trabalho e Educação em Saúde” no dia
685 25 de julho na Câmara Municipal de Itabuna. Na Mesa de Abertura, o Senhor Ronald Ferreira –
686 Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos e do Conselho Nacional de Saúde, sobre o
687 Financiamento do SUS. Todos deveriam estar atentos e cobrar, pelo fato de saber que o problema da
688 Saúde pública no Brasil era crônico, e se a sociedade não fizesse a sua parte dificilmente iriam avançar
689 nas conquistas sem flexibilizar direitos. O Conselheiro Fernando Antônio Duarte Dantas declarou
690 acreditar que estavam sendo finalizadas ali algumas decisões, e o CES diante de tudo o que havia sido
691 dito não poderia se furtar de tirar uma resolução contrária à decisão do Secretário, de suspender a
692 insalubridade dos trabalhadores em saúde. Portanto, teria que haver uma decisão firme para mostrar ao
693 Secretário que não seria daquela forma que ele iria gerir a Saúde na Bahia. Declarou ainda perceber, que
694 o Secretário estava em uma linha tecnicista, tentando administrar a Saúde da Bahia como se fosse uma
695 empresa, e todos sabiam que não era aquele o perfil do SUS, por isso seria preciso tomar aquelas
696 resoluções. A Comissão precisava ser formada, e em sua opinião aquela comissão não poderia ter muitas
697 pessoas, mas que fosse enxuta, com cinco pessoas no máximo para discutirem com a SESAB a questão,
698 tendo que retirar os nomes dos conselheiros para compor a comissão. Solicitou que o Presidente fizesse a
699 leitura da Nota de Repúdio que já estava pronta, sobre a ausência do Senhor Secretário e dos
700 representantes legais, sobre a não apresentação da Prestação de Contas do Iº Quadrimestre, que inclusive
701 já estava bastante atrasada, o que gerava grandes prejuízos para a população e para a saúde. O
702 Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio colocou que haviam tido a surpresa da extinção das
703 DIRES, quando não ouviram os trabalhadores nem o CES, depois foram pegos com quase o fechamento
704 das farmácias populares, porque a BAHIAFARMA tinha que competir com o mercado da indústria
705 farmacêutica e não mais ter uma função também social de regular o mercado de medicamentos, e
706 atualmente vinha com o corte da insalubridade dos trabalhadores. Comentou que a terceirização era o
707 caminho para a gestão. Substituir as pessoas concursadas e sucatear aquilo que era público, talvez fosse
708 uma tendência que já se acreditava lá dentro. Então, cabia a todos um caminho, que seria enfrentar
709 durante aquele período até a conferência, o que seria a solicitação de mudanças na política. Não dava para
710 acreditar que quem estivesse lá dentro iria mudar de posição, porque tinham vindo para fazer o que
711 estavam fazendo, e cabia a todos ali se fortalecer e realizar a discussão. Mencionou que antes da
712 apresentação do Relatório do Iº Quadrimestre, o que era extraordinário, o Secretário deveria ir ao CES,
713 caso tivessem a necessidade de uma reunião extraordinária e apresentasse os motivos que justificavam os
714 cortes dos direitos dos trabalhadores, e não seria somente em uma comissão. Informou que havia
715 participado da Comissão de Regionalização, visto o sacrifício que era, e atualmente com o Senhor Arão
716 como Secretário Executivo do CES estavam vendo algum tipo de mudança, porque ele estava
717 *garimpando* lá dentro, brigando muitas vezes nos setores, mas existiam algumas manobras que impediam
718 o trabalho, como: não pagar as diárias nem as passagens para as viagens e não liberar carro, impedindo
719 com isso que as pessoas não fossem. Então, não poderia criar mecanismos, onde quem tinha o poder da
720 caneta infelizmente eram eles. Disse que os trabalhadores haviam recebido um *WhatsApp* contendo

721 ameaças de corte de pontos, porém, teria que levar quem havia feito aquela ameaça e quem estava
722 colocando os motivos, para que além de apresentarem as suas justificativas também pudessem ouvir dos
723 conselheiros o contraditório. Disse ainda que, caso fosse preciso aprovar um reunião extraordinária ou
724 encaminhar o Relatório do Iº Quadrimestre, porque o Secretário seria a pessoa obrigada a prestar contas, e
725 se por acaso tivessem de fazer uma daquelas opções, que ele também apresentasse ali no CES os motivos
726 que levaram a provocar os cortes. Informou que estava acompanhando o Diário Oficial do Estado, e visto
727 que muitos servidores estavam acelerando as suas aposentadorias, sendo que ainda poderia colaborar com
728 a Saúde no Estado da Bahia. Então, precisavam se preocupar com aquela situação, pois as pessoas por
729 medo de perderem tudo optavam pela situação que consideravam *menos ruim*, e muitas poderiam ainda
730 prestar grandes serviços. Destacou que seria preciso pautar no CES a questão de Recursos Humanos na
731 Saúde dentro da SESAB, já que não estava deslocada a questão da assistência. Inclusive havia escutado
732 através da imprensa, um bloqueio de leitos no Hospital Roberto Santos para atender pacientes vítimas do
733 Guillian Barré, e por isso precisavam fazer uma discussão em cima daquela situação. Disse que as
734 comissões eram importantes, mas era uma questão de honra forçar o Secretário para que fosse sentar e
735 ouvir os trabalhadores e os conselheiros. “Porque essa fuga pelas portas dos fundos não é justificativa
736 para desrespeitar um Conselho, que é a maior instância deliberativa no estado da Bahia.” A Conselheira
737 Liliane Elze Falcão Lins Kusterer comentou que ao avaliar ali todas as falas, e dentro daquele atual
738 momento político que viviam dentro do país, a sociedade estava assistindo perdas de direitos
739 constitucionais, como Saúde e Educação, e que havia pautas de lutas muito semelhantes, a exemplo das
740 pautas contra os cortes na Saúde e na Educação. E não era porque queriam um ajuste fiscal, que taxasse
741 grandes fortunas que não viessem cair em cima do trabalhador. Por que o empresário ganhava milhões e
742 pagava os mesmos impostos que os trabalhadores? Então, todos teriam que estar atentos na pauta de luta,
743 inclusive os trabalhadores da Educação era também contra a retirada da insalubridade dos trabalhadores, e
744 dentro daquela luta tinham perdas na aposentadoria. Por isso tinham que reunir, e acreditava que os
745 representantes sindicais presentes tinham uma responsabilidade muito grande, no sentido de estarem
746 unindo todas as demandas dos trabalhadores, porque tinham que fazer um controle social sólido, para
747 além dos muros do CES. Toda a sociedade tinha que estar mobilizada pelos direitos dos trabalhadores e
748 pelos direitos constitucionais, em defesa da Saúde e da Educação pública de qualidade. O Conselheiro
749 José Silvino Gonçalves dos Santos questionou, que diante dos prejuízos já contabilizados pela ausência da
750 prestação de contas, o que o CES poderia fazer para que os usuários que ali ele representava não fossem
751 mais penalizados. Solicitou ajuda à Conselheira Déborah Dourado, pelo fato da mesma representar o
752 Ministério da Saúde, um esclarecimento diante daquela situação, já que tinha sido pautada pela terceira
753 vez a apresentação do Relatório do Iº Quadrimestre e não havia acontecido. Perguntou qual caminho o
754 CES tomaria a partir dali. A Conselheira Déborah Dourado Lopes colocou que seria preciso mesmo um
755 esclarecimento, e explicou que ela representava o Serviço de Auditoria do Ministério da Saúde na Bahia
756 que fazia parte do Departamento Nacional de Auditoria, um componente do Sistema Nacional de
757 Auditoria, porque existiam as auditorias dos estados, do SUS, a exemplo da Bahia, bem como dos
758 municípios, que no estado da Bahia eram poucas, acreditando que não existia sequer 14 que tivessem
759 Sistema de Auditoria criados, porque trabalhavam muito com idéia de regulação, controle e avaliação.
760 Então, ela tinha uma identidade de ser gestora da Auditoria, e por isso que estava ali representando o
761 Ministério da Saúde. Do ponto de vista do que havia falado em relação à Auditoria, desde que tinha sido
762 criado o Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão – SARGSUS que se encontrava na página do
763 Ministério da Saúde, por exigência dos órgãos de controle o Relatório de Gestão aprovado nos conselhos
764 não tinha visibilidade, eles não sabiam que tinha resultado dentro de um sistema tão abrangente e
765 universal como aquele, com mais de 05 mil municípios, e foi criado o Sistema de Apoio, o SARGSUS,
766 onde obrigava todo gestor municipal e estadual após a aprovação do Relatório de Gestão que seria em
767 março do ano seguinte, fizessem uma síntese do parecer e colocasse no SARGSUS consultando os
768 relatórios de 2013. A CGU estabeleceu como uma amostragem, que houvesse auditoria em todos os
769 relatórios das capitais, como Salvador, no caso da Bahia, e da Secretaria Estadual em 2013. E ao consultar
770 o Senhor Arão Capinam que não era responsabilidade do CES, mas tinha que cobrar ao município, que
771 naquele estado que não foi aprovado ou não apresentado, que seriam apenas 02 municípios no Brasil que
772 não tinham apresentado os relatórios para apresentar o SARGSUS em 2013, sendo Apuarema na Bahia e
773 outro no estado de Alagoas, que naquele momento não lembrava o nome. Todos seriam auditados, para
774 que houvesse a idéia do que o conselheiro estava aprovando, que seria aquela velha discussão: aprovavam
775 as contas e quando não eram aprovadas no Tribunal de Contas vinham as denúncias, e quando apuravam,
776 aquilo que tinham aprovado não casava com o que o CES aprovou. Ou seja, dava-se a idéia de montagem
777 de aprovação de um relatório, e seria aquilo dali para frente. Mencionou que, ao consultar o Relatório de
778 2013, o Parecer do estado da Bahia era o único estado que não estava preenchido. No entanto, não sabia
779 por que, já que tinha sido apresentado e aprovado em dezembro de 2014 com ressalvas, mas quem fazia o
780 preenchimento era o Setor de Planejamento, com o Sr. Chaider e Washington. Então, seria preciso saber,

781 e o Relatório de 2014 seria bom que preenchessem, senão seria auditado novamente. Em relação à
782 pergunta do Conselheiro José Silvino, já que uma situação estava casada com a outra, a prestação seria
783 quadrimestral e deveriam ser realizadas nos meses de março, setembro e fevereiro. Ressaltou que o
784 Senhor Secretário deveria ter apresentado a prestação do quadrimestre na reunião passada, mas em função
785 da pauta ficou de ser apresentado naquele dia. O Ministério da Saúde não iria suspender, porque no
786 exercício ainda faltavam duas prestações e o Relatório de Gestão que era a peça fundamental, sendo que a
787 prestação de contas era para que tivessem a idéia de como o planejamento e a execução financeira estava
788 acontecendo. Porém, a peça estrutural era Relatório de Gestão, o que deveria ser apresentado em março
789 do ano seguinte, e, portanto, não teria prejuízo de suspensão, mas logicamente do ponto de vista do
790 controle tinham uma série de prejuízos, porque não sabiam como estava, qual a característica, a
791 transparência, e não estavam casando a execução orçamentária com o planejamento das ações. Até o
792 momento não havia sido apresentado a compatibilidade da construção do Plano Estadual de Saúde – PES
793 com o Plano Operativo Assistencial - POA e com o Plano Plurianual - PPA, e não sabiam se a execução
794 financeira atualmente estava sendo em função de que, qual era a prioridade, e aquilo era papel
795 fundamental da UFBA, porque era sabido que se vivenciava um sub-financiamento severo da Saúde e
796 precisavam acompanhar tostão por tostão, centavo por centavo para que tivesse transparência e melhor
797 respaldo em relação a aplicação dos recursos. O Conselheiro Silvio Roberto dos Anjos e Silva destacou
798 que havia uma credibilidade por parte dos trabalhadores denunciantes à entidade que se sentiam
799 representados, e tinha uma denúncia que parecia simples. Assim como havia saído um ofício da SESAB
800 ameaçando os trabalhadores por estarem paralisados nos dias 09 e 10 de julho, havia chegado uma
801 denúncia do município de Irecê dizendo ser um absurdo o que estava acontecendo. “Nós funcionários
802 estamos comprando água, papel higiênico, café, açúcar e botijão de gás. Queria perguntar a este tal
803 Secretário o que eles estão fazendo com o dinheiro do povo que não dá mais nem para servir um
804 cafezinho.” Destacou que era aquela contradição que viviam, e de repente estavam ameaçando os
805 trabalhadores da DIRES de forma desrespeitosa. E havia desde o ano anterior na mesa do Secretário, 300
806 processos de promoção dos trabalhadores, pois estavam lá paralisados e não avançavam, não promovia os
807 trabalhadores, e de repente o que tiveram em relação às suas atividades foram aqueles cortes. Destacou
808 também a denúncia com relação a diminuição das unidades gestoras, que além da centralização
809 significava praticamente a inviabilidade das ações das unidades que necessitavam ter agilidade para o
810 desenvolvimento das suas atividades. Enfatizou que corte de insalubridade era imoral, malvadeza e
811 perversidade, e gritou “Fora Fábio”. O Senhor Presidente informou para os conselheiros que houve um
812 equívoco por parte da Secretaria do CES que havia informado a data do dia 16 de julho, salientando que
813 jamais teriam a intenção de prejudicar. Desculpou-se e informou após a votação do pleno, que a reunião
814 extraordinária seria realizada no dia 21 de julho, no Auditório Jutahy Magalhães, da Assembleia
815 Legislativa do Estado da Bahia, com a Apresentação da Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2015,
816 a questão do HUPES, e qual a real situação da retirada da insalubridade dos servidores. O Conselheiro
817 Marcos Antonio Almeida Sampaio sugeriu chamar a reunião extraordinária com a pauta já definida, para
818 que todos ali divulgassem. Recomendou que durante o momento da aprovação da reunião extraordinária
819 colocassem somente dois pontos de pauta, para que houvesse a possibilidade de um maior número de
820 discussões e não ficasse algum ponto importante para o final, ficando em primeiro lugar a questão da
821 insalubridade e o corte dos direitos e depois o Relatório de Gestão, para que não acontecesse o
822 esvaziamento, pois em algumas vezes a pauta mais importante era o relatório. O Senhor Presidente
823 solicitou que o conselheiro fizesse uma ponderação, pois havia ainda sequer local definido para a
824 conferência. Estava se discutindo ali, havia uma pauta e seria preciso que no dia 22 aprovassem algumas
825 coisas da conferência, até porque seria preciso discutir a Conferência Estadual de Saúde. “Como estamos
826 colocando o dia todo, teremos tempo suficiente, até porque, a vereadora está colocando aqui que se vamos
827 aprovar uma resolução, que a SESAB suspenda de imediato o corte da insalubridade. Não tem porque o
828 Secretário vir aqui dar explicações, o CES já deliberou. Faremos a reunião, é prerrogativa da mesa, o
829 Secretário vai estar aqui, e de qualquer jeito ele vai ter que explicar a questão do corte da insalubridade,
830 isso é fato. A questão da prestação de contas ele terá que fazer. Teremos que discutir aqui a questão do
831 HUPES e da conferência. São quatro pontos, o HUPES é para a reunião extraordinária que será no dia 21
832 de julho. Então, serão duas pautas pela manhã e duas pautas à tarde.” A Conselheira Isadora Oliveira
833 Maia informou que a reunião teria que ser finalizada às 17 horas e 30 minutos no dia 21 de julho, por
834 conta do recesso. Acreditava que aquelas quatro pautas seriam vencidas, mas, por ser extraordinária teria
835 que sair já com a pauta, porque era pedido da ordinária. O Senhor Presidente fez a leitura da Moção de
836 Repúdio para aprovação do CES. “Moção de Repúdio: O Conselho Estadual de Saúde da Bahia, na sua
837 222ª Reunião Ordinária, realizada em 09/07/2015, quando seria apresentada a Prestação de Contas do 1º
838 Quadrimestre da Gestão, vem manifestar repúdio à ausência do Secretário de Saúde do Estado da Bahia
839 ou seu representante legal para apresentar o referido Relatório, sem justificativa plausível, demonstrando
840 descaso e desrespeito a este Conselho, e conseqüentemente ao Controle Social, além de falta de

841 compromisso com o SUS, conforme legislação vigente, Lei complementar 141/2012. Ricardo Luís Dias
842 Mendonça, Presidente do CES.” A moção foi colocada para apreciação e votação, sendo aprovada a
843 unanimidade. O Senhor Presidente colocou, que já havia uma comissão discutindo a questão das DIRES e
844 das regionalizações. “Conselheira Célia, já tínhamos pedido ao Secretário de Saúde, encaminhamos ofício
845 solicitando todos os documentos legais que manda a SESAB tirar a insalubridade, para termos esse
846 conteúdo e trabalharmos, porque é um relatório da Procuradoria Geral do Estado - PGE, um relatório do
847 Tribunal de Contas do Estado e um relatório da Auditoria Geral do Estado. Pedimos toda essa
848 documentação para entendermos o que realmente está sendo cortado dos trabalhadores.” Comentou que
849 havia sido colocada ali a proposta de criação de uma comissão. Porém, a comissão tinha que ser paritária,
850 com Usuários, Trabalhadores e Gestores/Prestadores, não poderia ser formada com cinco, pois quebraria
851 a paridade. Disse que a comissão sobre a questão da insalubridade seria formada com quatro
852 componentes, ficando à disposição para quem quisesse colocar o seu nome. O Conselheiro Silvio indicou
853 o seu nome, no Segmento de Trabalhador, o Conselheiro Antônio Lago, no Segmento de Usuários,
854 ficando uma vaga aberta para a gestão. Perguntou se colocaria um prestador ali. “Então, vou deixar aberto
855 mais uma vaga de Usuário.” O Conselheiro Marcos Sampaio indicou seu nome como Usuário, faltando
856 apenas um Gestor/Prestador, ficando a comissão da seguinte forma: Usuários: conselheiros Antônio Lago
857 e José Silvino; Trabalhador: Conselheiro Sílvio Roberto; e Gestor/Prestador, vaga em aberto. Informou
858 que havia um prazo de até dez dias para que publicasse aquilo, mas gostaria de publicar com
859 antecedência, desejando que já saíssem dali com a reunião marcada, para pelo menos no dia 21 já haver
860 um panorama do que seria essa situação. Com relação à resolução que soltaria ali, para que não houvesse
861 nenhum prejuízo como corte de ponto dos trabalhadores da SESAB que haviam paralisados de forma
862 justa naquele dia e no dia seguinte, o CES faria uma resolução e encaminharia ao Secretário de Saúde,
863 solicitando que não fosse feito nenhum corte de ponto e não trouxesse prejuízos financeiros nem
864 profissionais àqueles servidores que estavam paralisados, conforme a legislação em vigor. Disse que o
865 próprio sindicato havia informado com brevidade, teve a responsabilidade de manter os 30%, conforme a
866 lei vigente, onde o Supremo Tribunal dizia que tinha que ser julgado pelos trabalhadores públicos e
867 manteve os 30% e todos os atendimentos de urgência e emergência. “Colocaremos isso na resolução,
868 existe um mandato de injunção do Supremo Tribunal Federal que garante o direito de greve dos
869 trabalhadores públicos, e citaremos isso na resolução. O Supremo Tribunal Federal alinhou, e
870 infelizmente os servidores públicos não têm a legislação de greve, mas temos agora a decisão que
871 concede o direito ao servidor público.” O Conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva pontuou que
872 aquela Resolução deveria ir acompanhada dos documentos da assembléia que havia aprovado a greve,
873 para que não fosse tomada pelo Secretário como uma decisão sem ser levada em consideração o que foi
874 tomada pela assembléia. “Então, que acompanhe como anexo da resolução a ata da paralisação.” O
875 Senhor Presidente solicitou ao conselheiro Sílvio que enviasse a ata da assembléia que havia aprovado a
876 paralisação de 48 horas, e já informando o indicativo de greve do dia 13. A Vereadora Maria Aladilce de
877 Souza agradeceu a todos, parabenizou a condução dos trabalhos, declarando ainda acreditar que os
878 trabalhadores haviam se sentido abraçados por aquele Conselho, e era assim que deveria ser, todos na
879 defesa do SUS no estado da Bahia. Informou que no dia seguinte estaria acontecendo uma plenária, e
880 seria uma honra receber todos, às 14 horas, no Centro de Cultura da Câmara, na Praça Municipal. A
881 Conselheira Ubiraci Matildes de Jesus desejou a todos sucesso naquela luta, e o Conselho Nacional estava
882 atento para as movimentações, estando ela ali de plantão permanente em relação àquelas questões para
883 informar ao CNS. Desejou força a todos, e que não desistissem da luta, porque era o que fazia o
884 movimento e a revolução. O Senhor Presidente apresentou as atualizações da 9ª Conferência Estadual de
885 Saúde da Bahia, colocando que, conforme a Comissão Organizadora havia deliberado na penúltima
886 reunião, foi descartada a realização da 9ª Conferência na Costa do Saúpe, e a partir daquele momento já
887 estava se trabalhando para fazer a conferência na Arena Fonte Nova. Já havia conversado com a Arena
888 sobre o aluguel do espaço, o aluguel de espaço com a terceirização de todos os serviços, e havia passado
889 tudo o que o CES queria para fazer a 9ª Conferência Estadual de Saúde. Primeiro, a Arena havia colocado
890 que só teria as datas dos dias 13, 14 e 15 de outubro e não teria mais nenhuma outra data em virtude dos
891 jogos do Campeonato Brasileiro da Serie B, ficando essas datas de 13, 14 e 15 de outubro. Por isso não
892 havia soltado a resolução, porque seria 20 e 21 e a Arena não teria data. Destacou que a Arena não fazia a
893 conferência no todo, somente locaria o espaço, forneceria o pessoal da limpeza, segurança patrimonial,
894 outras coisas que não havia falado, mas que poderia ser colocado, e apresentaria até o dia 14 de julho,
895 terça-feira, a proposta de serviço. “Tínhamos duas empresas lá, ficou acordado ontem, e essas duas
896 empresas visitaram ontem a Arena Fonte Nova junto com o nosso Secretário Executivo, Arão Capinam.
897 Até terça-feira ela estará apresentando para o CES e para a SESAB o custo efetivo da conferência, e
898 precisamos desse custo pela necessidade de abrir os termos de referência. Isso não quer dizer que são
899 essas empresas que vão fazer, mas para abrir os termos de referência para fazer só a questão da estrutura
900 da conferência. Com relação à questão de logística de transporte e hospedagem, estamos fazendo outro

901 termo de referência, mas precisamos definir a questão da data. Por isso estamos colocando a reunião para
902 o dia 21, porque no dia 22 estaremos batendo o martelo da data e trazer a informação de qual empresa
903 realmente vai fazer toda a parte de logística ou se essa logística vai ser fatiada por várias empresas. Essa
904 foi a conversa que tivemos na terça-feira, e espero que na próxima reunião da Comissão Organizadora já
905 levemos as propostas apresentadas pelas empresas de sonorização, alimentação e as outras duas empresas
906 de logística.” Ressaltou que o único impasse que estava se tendo em relação à Arena Fonte Nova e que
907 estava tornando mais cara a realização da conferência, era a questão das montagens das salas, pois todas
908 teriam que ser climatizadas. “Com fé em Deus faremos a nossa Conferência na Arena Fonte Nova, porque
909 é um espaço central, próximo ao metrô e queremos a participação efetiva do controle social nessa
910 conferência, que é muito importante para estarmos deliberando aqui a política de saúde do estado.”
911 Colocou que houve um avanço muito grande na questão da Coordenação de Mobilização e Comunicação,
912 pois estava tendo dificuldades em colocar o Assessor de Comunicação da Gestão para discutir. “Tivemos
913 uma conversa com a gestão e ele começou a participar. Gostaria que o Conselheiro Marcos desse o
914 informe de 3 minutos sobre a situação, principalmente a questão dos vídeos também.” O Conselheiro
915 Marcos Antonio Almeida Sampaio informou que o Conselheiro Antonio Marcos estava na comissão, mas
916 precisou sair para atender uma demanda urgente, e lhe pediu para passar os informes dos avanços que
917 houve na discussão e construção no processo da comissão com o diálogo do pessoal da Assessoria de
918 Comunicação da SESAB – ASCOM. Disse ainda que Priscila estava ali para tirar qualquer dúvida, mas a
919 9ª Conferência Estadual de Saúde já contava com *Facebook*, que as pessoas utilizassem esse instrumento
920 e divulgassem, para que outras pessoas pudessem ter contato. Nesse espaço já havia fotos de algumas
921 Conferências Municipais, bem como o calendário dessas conferências, onde qualquer pessoa que entrasse
922 veria. Havia também o *Twitter* da 9ª CONFERES, vídeos no *youtube* falando da Conferência e chamando
923 para o que seria o evento. Informou ainda que o site estava disponível, o endereço era o
924 www.saude.ba.gov.br/9conferes/, e havia acessado no dia anterior. No site também existia a
925 possibilidade de ver o que estava sendo pautado da Conferência Nacional, e eram esses os mecanismos de
926 informação que já poderiam ser utilizados pelos conselheiros e também divulgados. Os conselheiros que
927 estivessem participando de alguma conferência municipal representando o CES, que enviassem fotos,
928 para que também pudesse ser divulgada a participação do CES. Houve um avanço na questão da
929 mobilização da realização das conferências municipais, parecia que o andamento estava bom, os
930 municípios estavam levando a sério, e já estava acontecendo conferências simultâneas, com duas, três no
931 mesmo dia. “Solicitaram que fosse colocado por mim a presença dos conselheiros, não só na Comissão de
932 Mobilização, como também na Comissão organizadora, e precisamos efetivar mais, porque chegou o
933 momento final.” Destacou que a comissão estava muito preocupada com a definição do local e data, até
934 porque havia o processo de publicidade, onde seria preciso convidar as pessoas e divulgar isso.
935 “Precisamos ter de fato esse local já confirmado, agradecendo o total apoio da ASCOM, ao Pablo que
936 compreendeu e entendeu o sentimento da comissão, mas agora o negócio está andando. Pediram também
937 para agradecer a Arão e a todos os membros do CES/BA, que também tem dado essa contribuição para
938 fazer as coisas fluírem.” A Conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho informou que a Comissão de
939 Relatoria estava avançando bem, mas houve um pequeno problema com o sistema. Era uma queixa, e
940 achava necessário compartilhar para conhecimento de todos. Comunicou que o SICARF só seria liberado
941 no dia seguinte por conta do problema com a planilha, não entraria em detalhes, mas foi a despeito da
942 vontade da comissão. “Falei inclusive que hoje estaria dando a notícia de que amanhã sai. O sistema
943 entrou em teste sexta-feira e apresentou alguns problemas. Hoje ele está sendo corrigido e amanhã estará
944 liberado, com isso significa que tínhamos uma data pelo Regimento do dia 31 de julho como data limite
945 para o registro das conferências, mas é justo e necessário que ampliemos isso, obviamente que pode ser
946 feito para evitar a burocracia. Sabemos que a falha foi nossa, faremos um treinamento no dia 23 de julho
947 para a equipe que estará na retaguarda das análises dos relatórios das conferências municipais, e para isso
948 precisamos de um espaço, que até agora a gestão vem dizendo que está resolvido, mas o último informe
949 que não foi dito diretamente a mim, é de que até o final do mês estaria pronto, mas até o final do mês é
950 uma data vaga.” Informou que no dia 23 de julho haveria o primeiro treinamento com uma equipe, e em
951 seguida haveria o treinamento da equipe que trabalharia com os relatórios. Então, entraria na fase de
952 análise que seriam oito dias úteis, nos dois turnos, para analisar todos os relatórios. “Fui a Brasília para
953 uma reunião da relatoria nacional, e lá foi feito um convite para que todos os relatores gerais das
954 conferências estaduais integrassem a equipe de relatoria nacional, e obviamente estava com dificuldades
955 para aceitar, mas tive que aceitar porque a Bahia não ficaria de fora. Então, a Bahia está representada na
956 relatoria nacional, o que é que acontece lá? Sendo importante que os conselheiros e conselheiras fiquem
957 atentos em relação às diretrizes que estão no documento orientador, e que talvez por ser uma coisa nova
958 não esteja sendo dada tanta ênfase. A briga é para as propostas, mas as diretrizes têm uma importância
959 política fundamental. A todo o momento eles falavam que na 8ª Conferência Nacional de Saúde foram
960 aprovadas 80 diretrizes apenas, e com essas diretrizes conseguimos colocar marca na Constituição

961 Federal, na Lei 8.080, e tudo que vem até hoje nos pautamos nisso, que as diretrizes que estão no
962 documento nacional são as diretrizes do Plano Plurianual Nacional, e aí vem a reflexão: cadê as diretrizes
963 do PPA Estadual? Não sabemos como Conselho que estamos convocando uma conferência; não sabemos
964 as diretrizes do PPA, então, é urgente, é uma demanda da relatoria que a mesa diretora busque saber quais
965 são as diretrizes do PPA Estadual, porque o nosso relatório, a nossa conferência tem que refletir o que for
966 definido na instância máxima no Plano Estadual de Saúde. E nos veio outra questão, porque inclusive
967 discutimos a metodologia, não entrarei em detalhes, porque é mais específico para a relatoria. O nosso
968 relatório será uma ferramenta para o Plano Estadual de Saúde, para colocarmos enquanto Conselho o que
969 foi deliberado na Conferência Estadual. Se não tivermos o cuidado de um olhar regional para o estado da
970 Bahia, contemplando questões que são dos municípios, que estão mobilizados em diferentes graus, como
971 é que o Plano Estadual de Saúde vai refletir o estado da Bahia com as suas especificidades e suas
972 heterogeneidades? Então, essa é uma questão que nos preocupou bastante, mas que queríamos
973 compartilhar com vocês, dizendo que está bem.” Comentou que Liliâne, integrante da Comissão de
974 Relatoria estava naquele dia na reunião, e colocou para o pleno, que assim como foi importante compor a
975 relatoria nacional, que pudesse ter na relatoria estadual alguns relatores de conferências municipais, pois
976 eram estratégicos. “Não podemos colocar os 417 municípios, mas que deliberemos. Estou trazendo isso
977 para o pleno, porque implica em recursos e é preciso que consideremos, porque é um fato novo.” O
978 Senhor Presidente informou para as conselheiras que compõem a Comissão de Relatoria, que
979 conversando com Ivonildo, o mesmo havia garantido que já existia o espaço, e o que estava sendo
980 providenciado era os computadores, imobiliários e a rede lógica para funcionar. Esclareceu ainda que
981 havia conversado com Michel, e que em nenhum momento o arquivo havia tido problema, o que foi
982 apresentado na Comissão Organizadora, que havia se debruçado, os erros que havia detectado e feito
983 ponto a ponto os 417 municípios. “Na realidade, o que as pessoas tem que entender é a necessidade de ser
984 feito um sistema desses. Não adianta jogar números se você não lê o Regimento da Conferência, e ele não
985 tinha lido o Regimento da Conferência. O regimento está baseado na questão da equidade da população.
986 Olhe aí a questão dos habitantes, de quantos habitantes tem, até trinta mil, até cem mil, aí foi o que
987 entenderam e fizeram. Na sexta-feira conversei com Tiago, ele foi lá no dia 03, e para mim já tinha sido
988 solucionado, porque ele me ligou e disse que estava tudo pronto, só necessitava me dar um alô, e aí ficarei
989 em cima dessas pessoas.” Colocou ainda que haviam dois municípios com problemas, um deles havia
990 ligado, que foi Lençóis, onde o Conselho havia sido destituído, mas houve uma reviravolta entre a
991 prefeitura, câmara e o secretário, e a conferência estava marcada para o dia 23 e 24 de julho. Madre de
992 Deus estava sem Secretário de Saúde que havia tomado posse aquela semana, e havia ligado para ele
993 confirmando para o dia 22 de julho, mas estava preocupada por conta do calendário que seria até o dia 15,
994 porém, informei que não teria prejuízo. Então, o município ligou informando que no dia 23 de julho seria
995 a Conferência Municipal de Madre de Deus. A Conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira destacou
996 que a Comissão de Educação Popular e Cultura já estava totalmente estruturada, mas, do ponto de vista
997 político já tinha sido apresentada a organização da conferência e aceita até com entusiasmo, porque
998 aquela comissão tinha uma peculiaridade, que além de trazer a questão da educação popular e cultural de
999 todo o território da Bahia, propuseram também que fossem incorporadas representações das plenárias
1000 populares que estavam sendo realizadas, o que seria diferente naquela conferência. Uma exigência que a
1001 Conferência Nacional estava solicitando muito era que houvesse grande participação popular, que os
1002 movimentos sociais estivessem incluídos de alguma forma, mesmo que não fossem delegados, mas
1003 poderiam estar com uma força viva da conferência e de apoio ao SUS, que notava estar seriamente
1004 ameaçado, por todas as falas que tinham escutado naquela reunião. Então, dentro daquela estrutura da
1005 Comissão de Educação Popular e Cultura, além da Tenda Maria Felipa que já tinha sido um sucesso em
1006 termos da conferência anterior, haveria a Feira Popular de Saúde com pequenos *stands*, onde as
1007 representações das plenárias livres apresentariam as suas questões de cultura artísticas, musicais e
1008 políticas. E o mais interessante: o tempo todo, a comissão estaria interagindo, e aqueles que não fossem
1009 delegados, mas que estavam nos municípios através daquelas representações estariam interagindo com os
1010 delegados, porque iriam apresentar os telões, onde tudo dentro das salas, onde somente os delegados
1011 teriam acesso. Eles estariam tomando conhecimento de tudo, e os delegados também estariam tomando
1012 conhecimento do que o movimento popular quisesse através das suas representações. Já que os resultados
1013 das plenárias populares inicialmente estavam sendo encaminhados à Conferência Municipal, solicitou ao
1014 Conselheiro Marcos que tudo aquilo fosse levado para a 9ª Conferência Estadual de Saúde, pois seria o
1015 ponto alto do evento. Ressaltou que, independente de tudo, planejava estar on-line, onde toda e qualquer
1016 pessoa pudesse estar participando através da rede, e colocando as suas necessidades, críticas e
1017 proposições. Porém, independente daquilo, os movimentos das plenárias estavam muito firmes e
1018 precisavam que as pessoas que estavam organizando a conferência, como o Senhor Secretário
1019 principalmente, ficassem atentas às demandas populares que estariam, tanto dentro como fora. Porém, a
1020 única preocupação era o seguinte: tinham estruturado tudo para o Centro de Convenções da Bahia, e por

1021 isso estavam no aguardo de onde aconteceria realmente, para que pudesse se estruturar tudo aquilo.
1022 Colocou que ainda existia uma dúvida em relação ao local da conferência, se seria mesmo na Arena Fonte
1023 Nova devido ao custo que era altíssimo, e por isso seria discutido na próxima terça-feira, porque não
1024 estavam querendo abrir mão daquele local e já tinha descartado a questão do espaço em Sauípe, mas, o
1025 que preocupava era o custo, porque teriam que trabalhar toda a Fonte Nova, de forma que estivesse
1026 aparelhada para receber a conferência tal, como estava sendo planejada, mas acreditava que iriam resolver
1027 aquela questão. Informou que as conferências no estado já estavam sendo realizadas, e havia uma
1028 expectativa de mais de 90% de conferência pelo que havia ouvido dos últimos informes. Portanto,
1029 acreditava que iriam para uma conferência muito estratégica, do ponto de vista político, principalmente na
1030 questão da defesa do SUS, pois o que havia escutado o tempo todo, o que era muito importante e o que
1031 sentia em todas as falas ali, era uma crise sem precedentes na Saúde, e acreditava, enquanto conferencista
1032 que iria colocar aquela questão para ser discutida, não nos intramuros da conferência, mas a toda a
1033 população, porque antes de qualquer coisa, já que era uma conferência popular, o que era preciso ficar
1034 claro para todos era que a conferência seria do povo, era o controle social do povo, para além da gestão e
1035 do CES. O Senhor Presidente comunicou que a Comissão Organizadora tinha o caráter de deliberar
1036 qualquer questão financeira, o que foi dado pelo pleno do CES, então, bastaria apenas levar os nomes das
1037 pessoas. Com relação à Tenda Maria Felipa, disse que se acontecesse na Arena Fonte Nova seria “Show
1038 de Bola”, pois haveria uma área toda climatizada e na Zona Mista seria fantástico. Convidou o Sr. Murilo
1039 Figueredo Campos de Jesus para compor o Conselho Estadual de Saúde - CES, como representante
1040 suplente da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, em substituição a Marcelo
1041 Henrique Siqueira de Araújo. O Conselheiro Silvio Roberto dos Anjos e Silva informou que havia
1042 participado de várias conferências, tanto como expositor quanto palestrante, e estava Coordenador da 9ª
1043 Conferência Estadual. Inclusive havia ficado nas conferências até o final, porque não gostava de apenas
1044 apresentar a palestra sobre o tema nas conferências municipais e ir embora, mas, gostava de participar de
1045 todo o processo. Então, esteve nas conferências de Paulo Afonso, Glória, Chorrochó e Rodelas, e
1046 coincidentemente algumas daquelas conferências caíram no dia da Reunião da Comissão Organizadora
1047 por conta daquela participação. Salientou que ainda continuava com disponibilidade para participar das
1048 conferências municipais, até porque os municípios estavam com aceitação muito grande em relação à
1049 participação do CES e tinham que valorizar aquela conferência, fazer uma conferência diferente das
1050 outras, pelo fato de ser a primeira conferência no estado da Bahia, onde o Presidente não era
1051 representação da SESAB, mas, representação dos usuários. E todos que eram representação dos
1052 trabalhadores e do segmento dos usuários tinham que colocar todo o seu esforço para realizar uma grande
1053 conferência. O Senhor Presidente agradeceu ao Conselheiro Sílvio Roberto pelas colocações, salientando
1054 que todas as suas justificativas estariam sendo colocadas na Reunião da Comissão Organizadora, onde
1055 havia sido finalizada uma proposta de Regimento e encaminhada para a comissão. Deram um prazo para
1056 que a mesma alterasse algumas propostas para todos os conselheiros, para que no dia da reunião ordinária
1057 pudessem apreciar, colocar sob consulta pública, e após 30 dias levar para o CES para que referendasse o
1058 Regulamento da Conferência. Informou que logo de início não tinham encaminhado para todos os
1059 conselheiros, porque fizeram uma primeira reunião bastante produtiva. Justificou a ausência do
1060 Conselheiro Francisco José, alegando que o mesmo se encontrava em Porto Seguro participando da
1061 conferência municipal. Salientou que não estavam dando conta de participar de todas as conferências que
1062 estavam sendo chamados, pois todos haviam colocado os seus calendários ao mesmo alcance. O
1063 Conselheiro Jorge Geraldo de Jesus Rosário comentou sobre o que estava sendo relatado no WhatsApp do
1064 CES, sobre a Comissão de Implantação dos Núcleos. E em conversa com o Conselheiro Marcos Antonio,
1065 de que reunissem a comissão para que verificassem os relatórios feitos, nas reuniões que haviam
1066 participado, solicitaram que fosse feito uma ata, até para que pudessem se basear e fazer um trabalho bem
1067 feito. Informou que o correio do Conselheiro Mário Conceição, onde ele era o presidente da
1068 FENASDETRAN, com um convite inclusive para o Senhor Secretário, Fábio Vilas-Boas, o qual
1069 infelizmente naquele dia tinha lhe causado surpresa, e pelo fato dele mesmo também ter se atrasado se
1070 reservou a ouvir os colegas, mas realmente tinha se surpreendido, já que na reunião anterior tinha sido
1071 feita uma colocação daquela exposição e reforçou a questão que tinha sido discutida naquele dia, que na
1072 última semana tinha ouvido no “Programa A Voz do Brasil”, onde o Tribunal de Contas da União – TCU
1073 já havia disponibilizado no seu e-mail e na sua página oficial a “Cartilha do Conselheiro de Saúde”.
1074 Sugeriu que todos os conselheiros de Saúde entrassem no site do TCU, para que oficializassem. Inclusive
1075 já havia imprimido a sua, estava perfeita, e o CES passou a ser até mais responsável civil, criminal e
1076 administrativa juridicamente. Comentou que o CES precisava ter um determinado posicionamento, e a
1077 reflexão que tiveram da sociedade que os colocava de certa forma com respaldo. Leu o convite do
1078 Presidente da Federação Nacional das Associações de DETRAN – FENASDETRAN, o Senhor Mário
1079 Conceição, o qual convidava a todos para participarem da solenidade de lançamento do Projeto Trânsito
1080 Seguro Para uma Perspectiva Integrada de Vida e Trânsito 2015/2016, que aconteceria no dia 18 de

1081 agosto de 2015, no Auditório Freitas Nobre no Anexo IV da Câmara dos Deputados em Brasília – DF, às
1082 10:30h. Tratava-se de um movimento que estava sendo realizado, e inclusive estiveram com Doutor
1083 Badaró. Informou que fazia parte como consultor da FENASDETRAN, e existia atualmente uma
1084 preocupação por parte do Ministério da Saúde, no que tangia ao prejuízo financeiro que o governo estava
1085 tendo com as vidas que estavam sendo ceifadas pelos acidentes de trânsito. Sugeriu uma pauta, para que
1086 fosse realizada uma exposição sobre a mortalidade de trânsito atual no Brasil e a perda que a saúde estava
1087 tendo, financeira, econômica e de vida, sobre aquela questão. “Gostaria que o Senhor Presidente
1088 verificasse com certo apreço.” O Senhor Presidente agradeceu ao Conselheiro Jorge Geraldo pelo convite
1089 e ressaltou que a pauta deveria ser colocada no CES com a maior rapidez possível, porque a violência no
1090 trânsito não só estava relacionada com a questão da saúde, mas também com a questão da seguridade
1091 social. A Conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira colocou que a Comissão de Regionalização
1092 formalmente havia tomado todas as medidas para que realmente se efetivasse. Informou também que
1093 tiveram algumas dificuldades com relação à verba e transporte, mas apesar de tudo aquilo os conselheiros
1094 foram altamente motivados a participar dos encontros que fizeram no obstante às dificuldades. Porém, do
1095 ponto de vista da coordenação estavam mantendo contato direto, inclusive existia uma pasta na sede do
1096 CES com todos os documentos à disposição de todos os conselheiros, com todas as reuniões e todos os
1097 atos, o que os funcionários faziam muito bem. Com relação às dificuldades, até o momento somente dois
1098 núcleos tinham apresentado relatórios. Foram passados vários e-mails cobrando; havia uma pasta com
1099 tudo documentado para que não houvesse informações transversais de que a comissão não estava
1100 andando, mas estava andando sim, pois somente para o Sr. Cássio havia mandado três e-mails, falado
1101 com ele pessoalmente em uma reunião no CES e outra vez por telefone, chamando a atenção, já que os
1102 coordenadores dos núcleos não estavam encaminhando os relatórios. Então, não poderiam realizar a
1103 escuta sem leitura, e enquanto comissão estava bem consciente da resolução que tinha sido feita e do que
1104 precisavam encaminhar. Mas, se àquela altura havia uma negligência, gostaria que o Senhor Cássio
1105 estivesse presente, e junto com os coordenadores dos núcleos encaminhassem os relatórios. Inclusive a
1106 servidora Elenice vinha fazendo aquele trabalho com muita obstinação, documentando tudo, para que
1107 percebessem que não estavam deixando barato não. Com relação à parte dos conselheiros, disse que
1108 estavam sendo atropelados pelas conferências, como os conselheiros Sílvio Roberto e Marcos Antonio, o
1109 que era compreensível. Porém, os mesmos teriam que ver um tempo para que sentassem e lessem o que já
1110 havia sido produzido, a fim de encaminhar o documento final. O Senhor Presidente informou para a
1111 Conselheira Célia que o Senhor Cássio havia dito que algumas bases já tinham encaminhado. Informou
1112 ainda sobre a alteração da data do credenciamento das propostas dos municípios, que estava até o dia 31
1113 de julho e seria preciso aprovar a prorrogação de mais 15 dias, em virtude da alteração do período da 9ª
1114 Conferência Estadual de Saúde, de 29 de setembro a 1º de outubro de 2015, para que pudessem alterar no
1115 Sistema de Cadastro dos Relatórios Finais das Conferências Municipais de Saúde. O Conselheiro José
1116 Silvino Gonçalves dos Santos comunicou que realizaria uma visita no Hospital Universitário Professor
1117 Edgar Santos – HUPES no dia 21 de julho, às 09:00 horas, e convidou os conselheiros que pudessem
1118 participar junto com a Defensoria Pública Federal, onde visitariam todas as unidades que vinham
1119 sofrendo intervenção. “Com relação à visita no Hospital Roberto Santos, segundo o Conselheiro Jair
1120 Alves aconteceria no dia 20 de julho às 14:00 horas.” Pontuou para o Conselheiro Marcos Antonio que a
1121 Regulação de Saúde do Município de Salvador precisava ser pautada nas reuniões do Conselho Municipal
1122 de Saúde, já que a mesma tinha ficado responsável pela maioria dos hospitais, pelo fato dos pacientes
1123 terem que aguardar regulação por mais de 10 dias nas UPAS. Salientou que o CES precisava pautar
1124 também sobre o Internamento Domiciliar, pois seria preciso fortalecer aquela política de saúde.
1125 Parabenizou ao CES pela atenção, cuidado na informação e receptividade. A Conselheira Lílian Fátima
1126 Barbosa Marinho recomendou que todos assistissem ao vídeo sobre a “Dívida Pública”, pois era
1127 fundamental que os conselheiros entendessem o que estava acontecendo. O acesso era feito através do
1128 *You Tube*. Informou ainda, que no dia anterior à reunião do CES esteve na discussão da judicialização,
1129 onde a Conselheira Isadora Maia também havia participado juntamente com a Comissão da Ordem dos
1130 Advogados do Brasil – OAB. E o que havia lhe chamado a atenção foi a fala do juiz federal sobre
1131 judicialização. “Senti-me provocada como conselheira. Ele disse que seria preciso fazer judicialização
1132 coletiva. Cadê o controle social?” Pois quando havia contingenciamento de verba, por exemplo, e quando
1133 o Governador queria tirar a autonomia de serviços de saúde centralizando, então poderiam entrar com
1134 uma ação coletiva e o juiz federal deliberava, o que era muito interessante para os conselheiros.
1135 Comentou que na convocação fosse reiterada a questão de chegar no horário, pois havia ficado
1136 constrangida como conselheira, tendo que ficar aguardando quorum com o espaço cheio de trabalhadores,
1137 e tendo que contar quorum à míngua. E desde que havia chegado ao CES sentia-se muito mal com aquela
1138 situação. Tudo bem se o titular tinha problemas, então, que o suplente fosse e reforçassem, para que se
1139 evitasse aquela situação outras vezes. Destacou que estava compartilhando com poucas pessoas, porém,
1140 não era possível que continuassem naquela situação. O Senhor Presidente informou para a Conselheira

1141 Lílian Fátima, que a Secretaria Executiva vinha fazendo um grande esforço, ligando em todas as reuniões
 1142 para os conselheiros, inclusive com a preocupação de não haver quorum, pelo fato de alguns conselheiros
 1143 estarem participando das conferências municipais. Agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a
 1144 sessão e agendando a próxima reunião para o dia vinte e um de julho de dois mil e quinze, quinta-feira, às
 1145 oito horas. Não havendo mais o que tratar, eu, Arão Capinam de Oliveira, lavei a presente ata que será
 1146 assinada pelo Senhor Presidente do CES e pelos Senhores Conselheiros, após lida e aprovada.
 1147 Salvador, 09 de julho de 2015.

1148
 1149 - **Ricardo Luís Dias Mendonça** – *Presidente do CES - CUT (Central Única dos Trabalhadores) -*
 1150 *Segmento de Usuários* _____

1151 - **Arão Capinam de Oliveira** – *Secretário Executivo do*
 1152 *CES* _____

1153 - **André Fernando Wermann** - *FESFBA (Federação das Santas Casas de Misericórdia Hospitalares*
 1154 *Entidades Filantrópicas do Estado da Bahia) – Segmento de*
 1155 *Prestadores* _____

1156 - **Ângela Macêdo Magalhães** – *FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia – Segmento de*
 1157 *Usuários* _____

1158 - **Ângela Rosa Marques Reis** – *RNP+BA (Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS) –*
 1159 *Segmento de Usuários* _____

1160 - **Antônio do Lago de Souza** – *CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) – Segmento*
 1161 *de Usuários* _____

1162 - **Antônio Marcos Almeida Sampaio** - *Instituto Kutala'Nleeki – Segmento de*
 1163 *Usuários* _____

1164 - **Carlos Alberto Seixas Rio** - *FAEB (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia) –*
 1165 *Segmento de Usuários* _____

1166 - **Célia Maria Alexandria de Oliveira** - *SINDPREV (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde,*
 1167 *Trabalho, Previdência e Assistência Social do Estado da Bahia) Segmento de Usuários*
 1168 _____

1169 - **Déborah Dourado Lopes** - *Ministério da Saúde – Segmento de*
 1170 *Gestor* _____

1171 - **Edson Moraes de Oliveira** – *SINDACS (Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Contendores*
 1172 *de Doenças Endêmicas e Epidemiológicas do Estado da Bahia – Segmento de*
 1173 *Trabalhadores* _____

1174 - **Fernando Antônio Duarte Dantas** – *CEAPLER (Centro de Estudo, Prevenção e Apoio aos Portadores*
 1175 *de LER/DORT* _____

1176 - **Isadora Oliveira Maia** (ARCCA) - *Arte Comunicação Cultural e Acessibilidade de Pessoa com*
 1177 *Deficiência – Segmento de Usuários* _____

1178 - **Jair Alves dos Santos** – *MORHAN – Núcleo Salvador Movimento de Reintegração das Pessoas*
 1179 *Atingidas Pela Hanseníase* _____

1180 - **Jorge Geraldo de Jesus Rosário** - *UGT (União Geral dos Trabalhadores) – Segmento de*
 1181 *Usuários* _____

1182 - **José Silvino Gonçalves dos Santos** - *CAPDEVER (Centro Afro de Promoção e Defesa da Vida Padre*
 1183 *Ezequiel) – Segmento de Usuários* _____

- 1184 - **Lílian Fátima Barbosa Marinho** - *Fórum de Mulheres Organizadas em Saúde* – Segmento de
1185 *Usuários*_____
- 1186 - **Liliane Elze Falcão Lins Kusterer** - *CROBA (Conselho Regional de Odontologia Da Bahia)* –
1187 *Segmento de Trabalhadores*_____
- 1188 - **Lourani Maria Carneiro** – *NASPEC – Núcleo Assistencial para Pessoas com*
1189 *Câncer*_____
- 1190 - **Luiz Américo Pereira Câmara** – *SINDMED (Sindicato dos Médicos do Estado da*
1191 *Bahia)*_____
- 1192 - **Marcos Antônio Almeida Sampaio** - *Instituto Kutala'Nleeke* – Segmento de
1193 *Usuários*_____
- 1194 - **Maria Helena Machado Santa Cecília** - *APALBA (Associação de Pessoas com Albinismo na Bahia)* –
1195 *Segmento de Usuários*_____
- 1196 - **Maria Helena Ramos Belos** – *CNBB – Confederação Nacional de Bispos do Brasil Regional Nordeste*
1197 *3 Bahia e Sergipe* – Segmento de *Usuários*_____
- 1198 - **Maria Luíza Costa Câmara** – *ABADEF (Associação Baiana de Deficientes Físicos)* – Segmento de
1199 *Usuários*_____
- 1200 - **Murilo Figueredo Campos de Jesus** – *Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado da*
1201 *Bahia* – Segmento de *Gestor* _____
- 1202 - **Sílvio Roberto dos Anjos e Silva** – *SINDSAÚDE (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado da*
1203 *Bahia)* – Segmento de *Trabalhadores em Saúde*
1204 _____
- 1205 - **Stela dos Santos Souza** – *COSEMS (Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde)* –
1206 *Segmento Gestor*_____
- 1207
- 1208